UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“Júlio Mesquita Filho”

Campus Experimental de Ourinhos

A Geopolítica dos Estados Unidos da América na Doutrina Trump e a Ordenação Mundial

Matheus Seiji Bonfim Takiuchi

Trabalho de conclusão de curso apresentado à banca examinadora para obtenção de título de Bacharel em Geografia pela Unesp – Campus Experimental de Ourinhos/SP.

Orientador: Paulo Fernando Cirino Mourão

Ourinhos/SP
2018

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"Júlio Mesquita Filho"

Campus Experimental de Ourinhos

Matheus Seiji Bonfim Takiuchi

A Geopolítica dos Estados Unidos da América na Doutrina Trump e a Ordenação Mundial

Ourinhos/SP
2018

Matheus Seiji Bonfim Takiuchi

A GEOPOLÍTICA DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA NA "DOUTRINA TRUMP" E A ORDENAÇÃO MUNDIAL

Trabalho de conclusão de curso apresentado à banca examinadora para obtenção de título de Bacharel em Geografia pela Unesp – Campus Experimental de Ourinhos/SP.

Aprovado em: __/__/__

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Clerisnaldo Rodrigues de Carvalho

_____

Prof. Dr. Marcelo Dornelis Carvalhal

_____

Prof. Dr. Paulo Fernando Cirino Mourão

_____

FICHA CATALOGRÁFICA

Seiji Bonfim Takiuchi, Matheus
A Geopolítica dos Estados Unidos da América na Doutrina Trump e a Ordenação Mundial / Matheus Seiji Bonfim Takiuchi. -- Ourinhos/SP, 2018.
88 f.

Orientador: Paulo Fernando Cirino Mourão.
TCC (Graduação - Geografia) -- Universidade Federal da Bahia, Universidade Estadual Paulista - Campus Experimental de Ourinhos, 2018.

1. Geopolítica. 2. Estados Unidos. 3. Governo Trump. 4. Ordenação Mundial. I. Fernando Cirino Mourão, Paulo. II. Título.

RESUMO

A partir da eleição do republicano Donald Trump para o cargo presidencial, os Estados Unidos alteraram a sua postura geopolítica ao adotar medidas protecionistas e em oposição ao Sistema Internacional, pois o país renuncia a função “arbitrária” das Relações Internacionais. Esta postura assenta-se na afirmação do presidente de que os Estados Unidos proveem, excessivamente, de seus recursos financeiros para a manutenção do equilíbrio destas relações sem que haja um retorno satisfatório que beneficie o país. Embora os Estados Unidos deram início a uma postura mais oclusa, isto não significa que o país abdique da sua hegemonia nas Relações Internacionais. A mudança perceptível será que os Estados Unidos passarão a intervirem a partir de acordos mais unilaterais e com maior presença de ferramentas beligerantes.

Palavras-chaves: geopolítica, protecionismo, Estados Unidos, ordem mundial.

ABSTRACT

From the election of the Republican Donald Trump to the presidential post, the United States changed its geopolitical position by adopting protectionist measures and in opposition to the International System, because the country renounces the "arbitrary" function of International Relations. This position is based on the President's assertion that the United States provides too much of its financial resources to maintain the balance of these relations without a satisfactory return that benefits the country. Although the United States has begun a more occluded position, this does not mean that the country abdicates from its hegemony in International Relations. The discernible change will be that the United States will come to intervene from more unilateral agreements and with a greater presence of belligerent tools.

Keywords: geopolitics, protectionism, United States, world order.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Presidente Donald John Trump 12
Figura 2: Bases Militares dos Estados Unidos da América Fora dos Seus Limites Territoriais 22
Figura 3: Mapa da Expansão Territorial Estadunidense 36
Figura 4: *Heartlad* de Mackinder e *Rimland* de Spkyman 45
Figura 5: O Teatro de Guerra no Oriente Médio.....51
Figura 6 e 7: *Heartland* e Organização Para Cooperação de Xangai (OCX) .. 68
Figura 8: Presença Militar dos Estados Unidos na Península Coreana 72

LISTA DE SIGLAS

PIB: Produto Interno Bruto

TPP: Trans-Pacific Partnership (Acordo Transpacífico de Cooperação Econômica em português)

BBC: British Broadcasting Corporation

OCX: Organização para Cooperação de Xangai

NSS: National Security Strategy (Estratégia Nacional de Segurança)

CRS: Congressional Research Service

ROK: Sigla em Inglês para Coréia do Sul

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO 10
1.1. Sobre Trump 16
1.2. Objetivos da Pesquisa 17
1.2.1. Objetivos Específicos 17
1.3. Justificativas 18
1.4. Procedimentos Metodológicos 17
2. DISCORRENDO SOBRE ALGUNS CONCEITOS 20
2.1. O Conceito de Hegemonia 21
2.2. O Realismo no Governo Trump 24
2.3. O Conceito de Protecionismo 28
3. ANALISANDO A ELEIÇÃO DE TRUMP 31
4. A FORMAÇÃO TERRITORIAL DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA E SUA GEOPOLÍTICA 35
4.1. Fatores Responsáveis Pela Excepcionalidade dos Estados Unidos 37
4.2. Breve História da Geopolítica Estadunidense 42
4.3. A Geopolítica Estadunidense e as Premissas de Mackinder, Spykman e Mahan 44
4.4. A Geopolítica dos Estados Unidos no Século 20 ou o "Século Americano" 47
4.5. A Geopolítica dos Estados Unidos no Século 21 52
5. A GEOPOLÍTICA DOS ESTADOS UNIDOS NA "ERA TRUMP" 54
5.1. O Primeiro Ano do Governo de Trump 47
5.2. Política Externa 57
5.2.1. O Caso de Trump Com a Rússia 60
5.2.2. Os Conflitos Entre Trump e Kim Jong-un 69
5.2.3. O Reconhecimento de Jerusalém Como Capital de Israel 75
5.2.4. Outras Considerações Sobre o Primeiro Ano do Governo de Trump 76

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS 82
REFERÊNCIAS CONSULTADAS
ANEXOS

1. INTRODUÇÃO

Posterior à Segunda Guerra Mundial (1939-1945), os Estados Unidos da América passaram a sustentar o posto de nação hegemônica nas Relações Internacionais, conquistando lideranças em muitos setores, tais como: industrial, militar, financeiro, nuclear, estratégico e cultural. Os Estados Unidos em 2016 investiram 604,5 bilhões de dólares em gastos militares, representando quase metade do investimento total do mundo e cerca de 459,5 bilhões a mais do que a China, país que ficou em segundo lugar com 145 bilhões de dólares nas despesas com as Forças Armadas[1]. Esse investimento na capacidade militar conseguiu refletir nos dados apresentados pelos norte-americanos em vários eixos e tecnologias do seu exército, marinha e força aérea como mostra a Tabela 1 a seguir.

O Produto Interno Bruto (PIB) dos Estados Unidos em 2017 foi de US$ 19.390.604 bilhões[2], ocupando o primeiro lugar no ranking do PIB mundial. Além do mais, os norte-americanos se utilizam em demasia do *soft power*, isto é, conseguem prevalecer seus interesses em outros países por meios que não se utilizam da força e que não são facilmente notados, a título de exemplo, é a cooptação das elites locais para torna-los coerentes com os intentos estadunidenses, e isto ocorre com grande frequência, sobretudo, no “terceiro mundo”, ou como também o *soft power* expressado via mídia, como canais de notícias populares que tendem à expor informações dúbias, ou mesmo o zelo da pronúncia de simples termos. (BANDEIRA, 2009). Ainda, a influência estadunidense está presente no cotidiano de toda a população ao redor do mundo, sendo disseminada por meio de costumes, vestimentas, canais de comunicação e no cinema. Froelich (2005) atribui uma distinção mais aprofundada do poder dos Estados Unidos:

[1]<https://internacional.estadao.com.br/blogs/radar-global/comparacao-de-gastos-com-defesa-nos-eua-e-no-mundo/> Acesso em 27 de setembro de 2018.

[2] <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD?locations=US> Acesso em 27 de setembro de 2018.

Como superpotência, os Estados Unidos contam com ambos poderes em abudância: um poderio militar incontestável (hard power), e assim detentor uma capacidade inigualável de coação; e também, com uma variedade de instrumentos de persuasão, sem uso da força (soft power), entre eles, a diplomacia pública (incluindo a concessão de bolsas de estudo para estrangeiros, os programas de intercâmbio cultural entre acadêmicos, a mídia financiada pelo Estado, como "A Voz da América", e a atividade de órgãos do governo, encarregados das relações públicas no exterior) (p. 3).

Tabela 1 – Capacidade Militar dos E.U.A.

Exército		Marinha		Força Aérea	
Ativo	475.350	Ativo	512.000	Ativos	316.950
Reserva	542.550	Reserva	139.700	Reserva	174.650
Transporte de pessoal	26.859	Porta-aviões	10	Aeronaves	4.592
Artilharia	5.312+	Cruzadores	23	Helicópteros	171
Antitanque	1.133+	Contratorpedeiros	62	Rotores de inclinação	49
Defesa aérea	1.207+	Fragatas	8	Veículos áereos não tripulados	422
Aeronave	187	Submarinos estratégicos	14		
Veículos aéreos não tripulados	341	Submarinos táticos	54		
Embarcações de pouso	73	Patrulhas e Combatentes	57		
Utilitários de desembarque	35	Logísticas e suportes	174		
Helicópteros	3.383	Veículos “Anfíbios”	1.590		
Mísseis	120+	Aeronaves	2.519		
Sistemas de ponte	60	Rotores de inclinação	280		
Radares terrestres	209+	Helicópteros	1.226		
		Veículos aéreos não tripulados	254		
		Tanques marinhos	447		
		Transportadores marinhos de	4.242		
		Reconnaissance[3]	252		
		Artilharia	1.521		
		Anti-tanques	106+		
		Veículos blindados de recuperação	185		
		Veículos mecânicos blindados	80		

Fonte: CHANLETT-AVERY, et. al., 2017, p. 60, tradução nossa.

[3] Ferramenta para reconhecimento do inimigo

No dia 9 de Novembro de 2016, o país detentor dos dados expostos acima, elegeu para assumir o cargo presidencial, Donald John Trump do Partido Republicano, com a sua vitória de forma inesperada, batendo a democrata Hillary Clinton e superando as previsões de várias pesquisas. A partir da votação indireta, Trump foi eleito com 279 colégios eleitorais contra os 218 da sua adversária, sendo o 45º presidente do país[4].

Figura 1: Presidente Donald John Trump

Fonte: http://i2.cdn.cnn.com/cnnnext/dam/assets/170701142512-01-donald-trump-0630.jpg
Acesso em 13 de outubro de 2017.

De forma clara, Trump demonstra que seu governo terá cunho conservador de extrema direita, deveras nacionalista, protecionista e baseado na visão realista, priorizando acordos unilaterais e caracterizando-se como um ponto de inflexão em relação ao seu antecedente Barack Obama. Com o seu discurso de *America First* ("Estados Unidos em primeiro lugar"), o governo de Trump já está decretando e preparando várias medidas neste sentido, dentre elas: a saída dos EUA do Acordo Transpacífico de Cooperação Econômica (TPP)[5], o decreto migratório que veta a

[4] http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2016/11/1830660-trump-atropela-previsoes-e-e-o-45presidente-dos-eua-diz-agencia.shtml. Acesso em 28 de setembro de 2017.

[5] https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2017/01/25/veja-quais-medidas-de-obama-ja-foram-revogadas-por-donald-trump.htm. Acesso em 29 de setembro de 2017.

entrada de imigrantes de sete países no território estadunidense (Irã, Líbia, Síria, Iêmen, Somália, Chade e Coreia do Norte, além de pessoas ligadas ao governo venezuelano e seus parentes)[6], a promessa da construção de um muro na fronteira com o México e proteção de indústrias do país[7].

Desta forma, o republicano acarreta uma ruptura (embora não pode ser considerada uma total ratificação) na postura geopolítica do país com o governo do ex-presidente Barack Obama, pois a geopolítica dos Estados Unidos resumia-se a acordos multilaterais e democráticos na tentativa de sustentar o poder do país. Agora com a eleição de Trump, os Estados Unidos, que é tido como hegemonia em nível global desde o fim da Guerra Fria (1947-1991), passam a apresentar uma postura mais oclusa e belicosa. Todavia, não é possível concluir que Trump renunciará ao país o cargo de hegemonia do mundo. Com o seu logo *America First*, a política estadunidense tenderá a focar mais no desenvolvimento interno do país, ao mesmo tempo que, não deixará de intervir em outros países para manutenção de seu poder. Para BREMMER E GARMAN (2017), Trump utiliza como uma de suas justificas desta nova conduta quando afirma que o número de desempregados e a estagnação de salários da população norte-americana é em decorrência da presença de imigrantes no país, além de considerar dispendioso o financiamento da liderança dos Estados Unidos no mundo. Ainda para os dois autores, uma possível consequência disto, é a aparição da China como uma nova liderança política e econômica global.

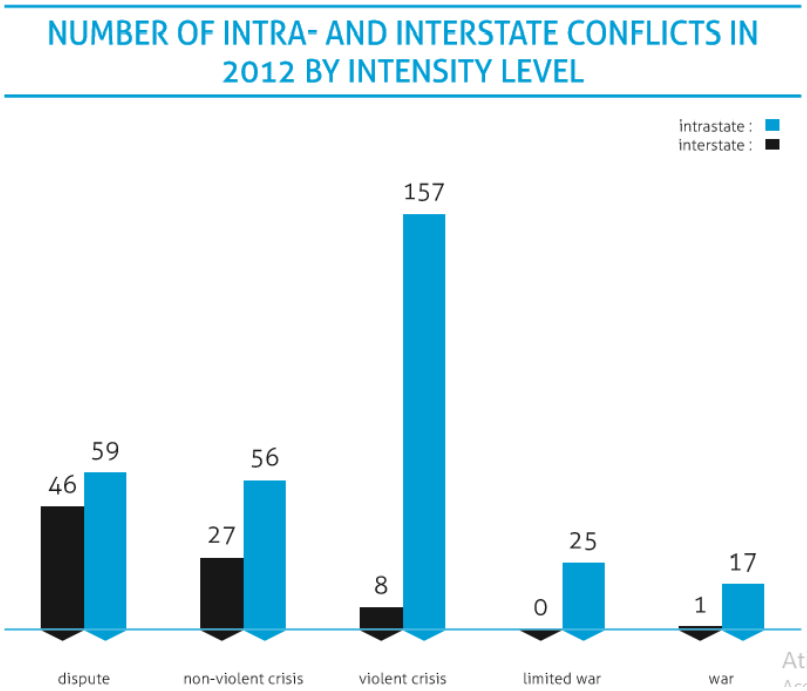
Donald Trump é eleito em um contexto de internacionalização da economia (embora é verdade que ultimamente vem ressurgindo em outros países o protecionismo conjuntamente com o nacionalismo exarcebado, entretanto o perfil geral da conjuntura continua sendo de uma economia internacional), onde observa-se uma maior dinamização dos processos de comunicação e informação, que por sua vez auxilia na “transfronteirização” de múltiplos elementos dentre as nações. Da mesma forma que eclode em vários pontos do mundo milhares de refugiados em busca de melhores condições de vida, e devido, principalmente, de guerras civis e por

[6] http://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,eua-incluem-venezuela-e-coreia-do-norte-em-veto-de-viagem,70002014524. Acesso em 29 de setembro de 2017.

[7] http://www.bbc.com/portuguese/internacional-37920213. Acesso em 29 de setembro de 2017.

desastres ambientais. Este cenário de evasão é ocasionado, principalmente, pelos conflitos intraestatais e não somente mais entre os Estados. O Gráfico 1 ilustra esta nova tendência dos conflitos:

Gráfico 1 – Números de Conflitos Intra e Interestatais Em 2012 Por Nível de Intensidade:



Fonte: HEIDELBERG INSTITUTE FOR INTERNATIONAL CONFLICT RESEARCH (2013)

Ainda no Gráfico 1 é possível observar que as Relações Internacionais não são mais marcadas por guerras entre os países, mas que isso não torna o mundo mais pacífico, pelo contrário, o mundo no século XXI está mais violento. Os conflitos neste século possuem outros perfis divergentes daqueles encontrados no século XX. As causas destes conflitos são, principalmente, por motivos culturais, étnicos e religiosos, e acontecem em uma escala menor (ALMEIDA et al., 2015).

Samuel Huntington (apud ALBUQUERQUE; BRIGOLA, 2017) é mais arrojado nesta questão ao delinear e especializar em mais afinco as duas circunstâncias que mais oferecem riscos de instabilidade e conflito no cenário contemporâneo. Segundo o autor, há dois níveis escalares de tensionamento, um micro que “[...] as tensões mais violentas ocorrem nas fronteiras do Islã com seus vizinhos, sejam eles cristãos

ortodoxos, ocidentais, chineses, hindus ou africanos [...]; e um macro, cujo "[...] o quadro é mais complexo em virtude da acomodação de interesses diversos na fórmula "Ocidente contra o resto" (HUNTINGTON apud ALBUQUERQUE; BRIGOLA, 2017, p. 240). Ou seja, os conflitos são originados, sobretudo, por questões culturais, e é a partir disto que Huntington elabora a denominação de "Choque de Civilizações".

O que ainda caracteriza este século, mais especificamente para os últimos anos, e que está fortemente relacionado com o aumento das migrações, é a ascensão do protecionismo e da direita conservadora em vários países (a exemplos de Maurício Macri na Argentina, Emmanuel Macron na França e Trump nos Estados Unidos). Esta ascensão é em função, sobretudo, da onda de refugiados e migrantes por todo o mundo, o que favorece o surgimento da xenofobia de grande parte da população nos países que recebem grande contingente de imigrantes, responsabilizando estes imigrantes pelo o aumento do desemprego e da violência sem apresentar algum dado evidente ou fundamento. Deste modo, os candidatos que carregam o pensamento anti-imigração e de protecionismo conseguem atrair boa parcela dos eleitores (IORIS, 2017; PALLEY, 2017).

Outro ponto do cenário global que Trump se depara, é a forte tendência da China (a segunda maior economia do mundo em 2016[8]) simultaneamente com a ascensão da Rússia no cenário mundial, em poderem competir com os Estados Unidos pela liderança global, fato que é estimulado pela nova postura dos EUA em não mais almejar o posto de "arbitrário" das Relações Internacionais. Esta conjuntura está presente em um dos trechos de Bandeira (2009) em seu livro (vide referências) no momento em que alega:

> *A China emergiu como potência econômica, política e militar cada vez mais poderosa. E a Rússia, como sucessora jurídica, herdou todo o poderio bélico da extinta União Soviética, que não fora, militarmente, derrotada na Guerra Fria, recuperou-se, beneficiada, em larga medida, pela alto dos preços de energia e matérias primas (p. 24)*

[8] http://www.funag.gov.br/ipri/index.php/o-ipri/47-estatisticas/94-as-15-maiores-economias-do-mundo-em-pib-e-pib-ppp. Acesso em 6 de outubro de 2017.

O estado portador do posto de maior potência hegemônica será sempre merecedor de um zelo pelos autores e as teorias, pois este estado "líder" carrega consigo a proeza de acarretar efeitos no sistema e em todos os outros estados de acordo com seu posicionamento e suas ações. Isto posto, a premissa considerada nesta dissertação é de que haverá consequências e novas configurações nas Relações Internacionais, tendo em vista que a geopolítica do governo atual com a ascensão de Donald Trump atribui uma visão "dura" do realismo gerando estes diversos corolários nas Relações Internacionais. Somam-se ao Realismo adotado mais dois aspectos fundamentais desta gestão republicana, o protecionismo e o nacionalismo.

1.1. Sobre Trump

Natural da cidade de Nova York, Donald Trump nasceu em 14 de junho de 1946 no bairro do Queens. Sempre apresentou uma "personalidade efervescente e comportamento agitado". Na sua adolescência estudou em escola militar e mais tarde cursou Economia na *Wharton School of Finance* da Universidade da Pensilvânia[9]. O conhecimento adquirido com os estudos ajudou-o no momento em que assumiu a empresa imobiliária do pai em 1968, cujo consistia na construção de apartamentos de classe média. A empresa da família, a *Elizabeth Trump & Son*, já apresentava bons rendimentos e lucros, contudo, é verdade que Trump soube investir e dinamizar a atividade da empresa, alavancando ainda mais a sua fortuna[10].

Dessemelhante à sua vida econômica e financeira, a carreira política de Trump não é de longa data, sendo considerado como um *outsider* e tornando-se um caso raro em relação aos candidatos eleitos à presidência, dos quais costumam já estarem muito envolvidos com a política. Desta forma, Trump, sem apresentar quase nenhuma experiência na política, anunciou sua candidatura pelo Partido Republicano em 2015, no qual foi confirmado pelo partido em 16 de julho do ano posterior para concorrer à presidência.

---

[9] https://www.ebiografia.com/donald_trump/. Acesso em 6 de janeiro de 2018.

[10] https://www.infoescola.com/biografias/donald-trump/. Acesso em 5 de janeiro de 2018.

1.2. Objetivos da Pesquisa

O objetivo geral é explorar os componentes da nova geopolítica dos Estados Unidos da América no governo de Donald John Trump em seu ano inaugural, posto que com seu mandato, que teve início no dia 20 de janeiro de 2017, o país está adotando outra postura em relação as suas estratégias e medidas na política interna e externa.

Todavia, é importante fazer-se claro que não pertence aos objetivos deste trabalho concordar ou discordar da ordem vigente mundial e seu sistema predominante, isto é, esta dissertação não atribuirá à discussão de qual perfil de ordem mundial seria o mais conveniente e nem qual sistema seria o mais adequado. Sendo assim, a dissertação pretende apresentar somente se existem e quais são os rebatimentos do governo Trump na ordem mundial e no sistema capitalista, ao mesmo tempo que esta dissertação se atentará à expor particularidades de seu mandato que evidenciam o desígnio do governo Trump de estabelecer diretrizes com base no protecionismo, nacionalismo e o realismo.

1.2.1. Objetivos Específicos

- Conceber uma análise do processo histórico da formação dos Estados Unidos e da sua geopolítica;
- Buscar compreender os fatores da eleição de Trump;
- Pormenorizar o discurso de Trump anterior a sua posse;
- Pormenorizar e elaborar um “saldo” e um quadro de revisão do primeiro ano;
- Delinear as consequências na ordenação mundial; e
- Elaboração de tendências e permeação das consequências de Trump.

1.3. Justificativas

Sendo a Geopolítica uma disciplina centrada na “[…] formulação das teorias e projetos de ação voltados às relações de poder entre os Estados e às estratégias

de caráter geral para os territórios nacionais e estrangeiros […]" (COSTA, 1992, p. 16), isto é, o seu campo está voltado para o estudo do poder e das ações externas dos Estados, como suas inter-relações, é fundamental para o geopolítico pormenorizar a nação hegemônica no contexto mundial das diferentes épocas. À vista disso, estudar as Relações Internacionais e sua história sem sondar uma análise do país hegemônico do período estudado, é tornar as conclusões da pesquisa incompletas. Portanto, é diametralmente plausível atribuir ampla importância para o estudo do projeto de política externa e sua execução apresentado pelo governo Trump.

E uma vez que os Estados Unidos é detentor da maior e mais influente economia da atualidade, estudar vários aspectos da sua trajetória e averiguar suas ações no governo atual é de suma importância, e além do que, a ascensão de Trump terá rebatimento no mundo todo, e como também há a possibilidade de que, dentre os quatros da gestão atual, as relações norte-americanas com o Brasil sejam radicalmente modificadas. Portanto, a ordem mundial sofrerá alterações e será possível assistir uma nova orientação no jogo de poderes entre os países.

Ainda é possível elencar a radicalização das ideologias, e em especial o crescente nacionalismo e ascensão do protecionismo em vários países no mundo, gerando consequências diversas, como inibir os grandes fluxos migratórios neste século, o que acarreta o cenário apreensivo de desesperança para os refugiados que evadem de seus países em função, principalmente, do crescimento de guerras civis (SCHILLINGER, 2016; IORIS, 2017). Estas guerras civis denota o efeito contraproducente de certas intervenções dos Estados Unidos, pois grande parte destas possuem o intuito de desestabilizar regimes autoritários na visão norte-americana. As intervenções sustentam o pressuposto que estes regimes ameaçam o sistema democrático e, sobretudo, a hegemonia norte-americana na região, desta forma, os Estados Unidos intervêm para eliminar tais governos e que, consequentemente, suscitam guerras civis internas expulsando parte da população que possui somente como solução esta evasão do seu país de origem e que gera a possibilidade de parte destes refugiados granjearem a abrigarem-se nos Estados Unidos.

A discussão permeada sobre as ações dos Estados Unidos na gestão de Donaldo Trump é essencial, também, uma vez que contribui com um auxílio para

análises de tendências hipotéticas para escolhas a serem feitas e os efeitos que podem ser ocasionados com esta mudança de artifícios da política estadunidense. Ao mesmo tempo que o saldo pretendido ao findar desse trabalho contribuirá também para o entendimento destes efeitos previstos. Saldo que pode ser premeditado uma vez que a reação contrária a eleição do republicano teve início antes mesmo da sua promoção ao posto presidencial em janeiro de 2017. Portanto, espera-se que os dois últimos anos restantes em sua gerência serão bastantes similares aos dois primeiros em relação a sua aprovação como também a obstrução que Trump encontra no congresso norte-americano para sustentar suas propostas. O presidente republicano não apresentou muito êxito até agora, as suas ações foram mitigadas pelo congresso do país, deixando de concretizar várias de suas propostas. Embora seja verdade que a ausência de medidas efetivadas não foram devidas a ausência de prontidão do atual presidente, sendo este incisivo nas suas ações, apresentando certa constância nas suas premissas. E além do mais, o que tudo indica é a persistência do atual governo em continuar sua conduta baseada na visão realista obstruindo a construção de uma comunidade internacional, e concomitante ao fato de grande parte do *establishment* estadunidense e da maior parcela dos países continuarão criticar a postura escolhida deste governo.

Portanto, para avigorar, a hipótese considerada nesta análise será de que as alterações apresentadas acerca da política externa estadunidense pela doutrina Trump produzirá uma gama de efeitos para o próprio Estados Unidos e para ordenação mundial, levando em conta sua recusa em sustentar processos e acordos multilaterais, sendo simultâneo a um aprofundamento de conflitos ou a propagação de novos. Além de que o trabalho também sustenta a concepção de que já está evidente, que o atual governo conduzirá o país com base em três principais premissas: nacionalista, protecionista e realista.

1.4. Procedimentos Metodológicos

A metodologia do trabalho consistiu na pesquisa bibliográfica, e o material escolhido para a elaboração deste estudo versou sobre uma extensa leitura de referências bibliográficas, sendo estas em sua maioria notícias de sites e revistas,

artigos de periódicos e textos produzidos na língua inglesa, uma vez que existe certa dificuldade de encontrar obras e livros aprofundados no assunto, pois tal tema é consideravelmente recente e que se encontra em curso.

Ao findar, o trabalho está prescrito uma análise sintetizando a geopolítica do atual governo como as suas consequências e repercussões, e, ainda, um quadro de revisão do primeiro ano do governo republicano atual dos Estados Unidos, o que contribuirá para sondar melhor tal governo e para elaboração de tendências para o resto do mandato de Trump. Os resultados e as conclusões do estudo serão apresentados em outros eventos para que haja uma exposição e discussão sobre o tema, alimentando o desenvolvimento do trabalho e otimizando os resultados e conclusões.

Portanto, o trabalho será estruturado para viabilizar o entendimento do cenário atual da geopolítica estadunidense sendo composta por uma parte introdutória, em que será apresentado os objetivos, a metodologia e uma introdução ao assunto; uma parte voltada também para a história da geopolítica do país, desde o descobrimento do território norte-americano pelos ingleses até o governo Obama; em seguida a apresentação de uma análise do contexto atual desta geopolítica com a ascensão de Donald Trump, retratando-se aí o primeiro ano do governo do republicano; e por fim os resultados e as conclusões deste trabalho.

2. DISCORRENDO SOBRE ALGUNS CONCEITOS

Antes de adentrar no próximo capítulo, é importante discorrer sobre alguns conceitos que serão utilizados ao longo do trabalho, como também auxiliarão para elucidar o entendimento e que, além disto, agregará ao trabalho uma discussão e fundamentação teórica.

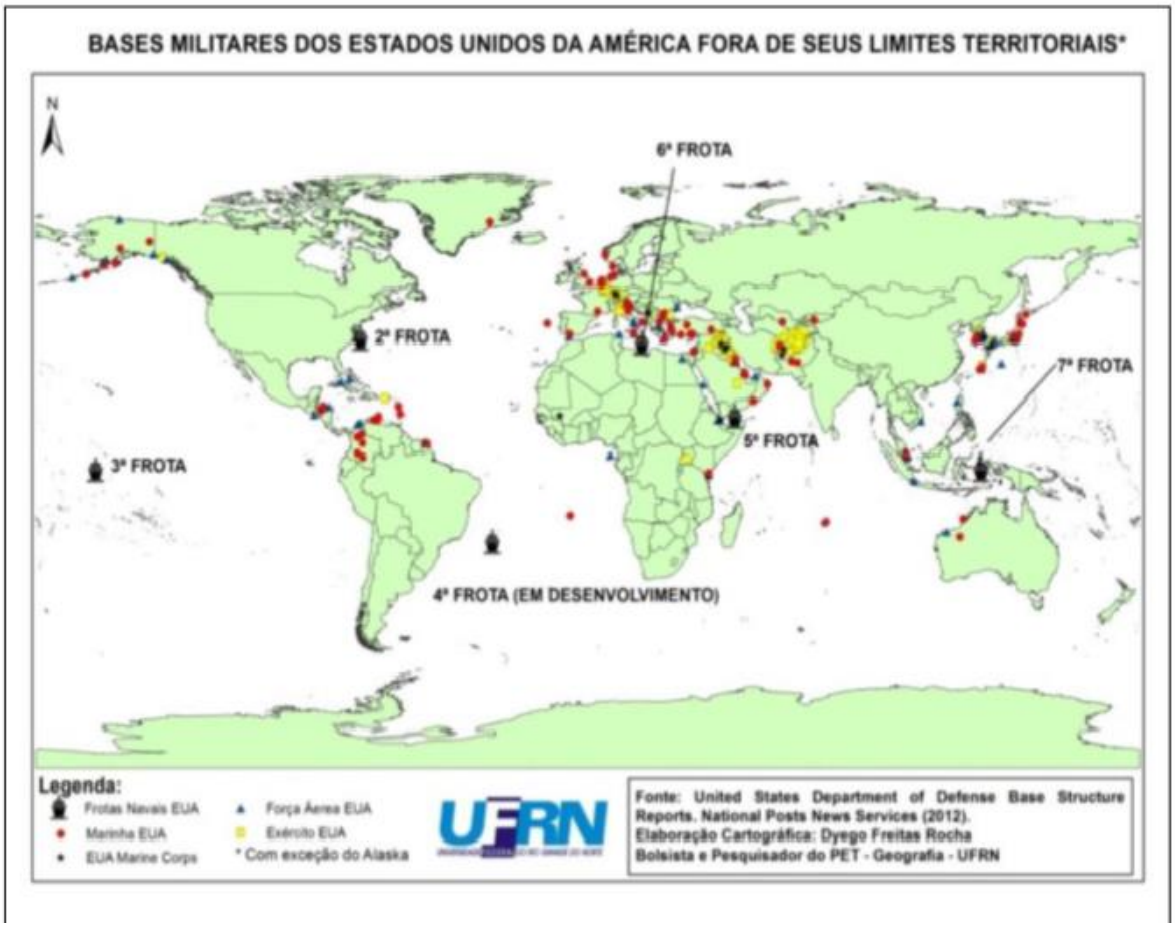
2.1. O Conceito de Hegemonia

Um primeiro conceito a ser destacado é o de hegemonia, uma vez que a hegemonia dos Estados Unidos vem sendo questionada desde o fim do século passado, em especial devido as crises na economia mundial e também a derrota em

conflitos armados. A hegemonia, segundo Arrighi (1996), é o “[…] poder associado a dominação, ampliada pelo exercício da “liderança intelectual e moral” (p. 27). Isto é diferente da dominação, no qual o grupo dominante utiliza, predominantemente, o uso da força para subjugar os seus adversários (ARRIGHI, 1996). Arrighi ainda completa alegando que “[…] a hegemonia, por sua vez, será entendida como o *poder adicional* que é conquistado por um grupo dominante, em virtude de sua capacidade de colocar num plano “universal” todas as questões que geram conflitos.” (p. 28). Similar à este pressuposto, Harvey alega que a hegemonia é a “[...] combinação específica de coerção e consentimento inerentes ao exercício do poder político.” (p. 38). Em suma, um país somente poderá exercer a hegemonia se seu objetivo não for exclusivamente a busca pela expansão do seu poder, sendo necessário atender interesses gerais, e desta forma, criar um consentimento com a grande maioria dos outros estados da sua liderança.

Os Estados Unidos, por sua vez, são configurados nesta categoria de hegemonia, e que portanto há um consentimento mundial do seu posto. Porém, isto não quer dizer que não existam conflitos e nem a utilização de maquinários beligerantes para assegurar a sua hegemonia e eliminar nações que ameaçam esse status, os Estados Unidos podem recorrer a utilização deste aparato, como já ocorreu algumas vezes desde que o país tornou-se a maior potência hegemônica. Para evidenciar esta conjuntura onde os Estados Unidos criam meios para sustentar a sua hegemonia, a Figura 2 espacializa as bases militares que foram instauradas fora dos limites territoriais estadunidenses:

Figura 2:



Fonte: ALBUQUERQUE; BRIGOLA, 2017, p. 240.

A preponderância das bases na Eurásia não é por mera coincidência, sendo o fator para tal concentração as teorias geopolíticas de Mackinder que elaborou a ideia de *Heartland,* e Spykman que aprimorou tal ideia ao apontar uma outra área que circunda o *Heartland*, onde denominou de *Rimland*. Desta forma, as localizações das bases militares em qualquer região do globo, possuem a finalidade de monitorar e eliminar qualquer estado de prejudicar a disseminação da influência norte-americana, e, assim, garantindo a permanência da hegemonia estadunidense.

Caso os Estados Unidos escolha a utilização do seu poder militar, uma vez que a hegemonia estadunidense está em declínio e tendo em vista que o governo Trump está afastando o país do multilateralismo e de uma cooperação internacional, com a finalidade de se manter *hegemon*, isto pode ocasionar um efeito ao contrário, evidenciando a abordagem egocêntrica do atual governo, em que prevalecerão os

interesses estadunidenses sem apresentar um zelo pelos rebatimentos na estabilidade e harmonia do sistema, e que, desta forma, o consentimento mundial que é necessário para existir uma hegemonia norte-americana pode esvaecer, ao mesmo tempo que os Estados Unidos não terão mais circunstâncias favoráveis para garanti-los como *hegemon*, e ainda possivelmente outra potência se prontificará para tomar o posto de regência das Relações Internacionais. Esta análise foi feita no governo de George Bush (2001-2009) por Harvey (2004), em que o autor afirma:

> *A mudança do governo Bush para o unilateralismo, a coerção em vez do consentimento, para uma visão bem mais declarada e para o recurso ao seu poder militar irresistível indica uma abordagem de alto risco à sustentação do domínio norte-americano [...] Se isso vai ou não levar a uma ulterior ruptura catastrófica do sistema [...] é algo difícil até de imaginar e mais ainda de prever (p. 68).*

Não obstante, a mesma leitura de Harvey acerca do posicionamento de Bush com a geopolítica, é possível atribuir à gestão atual tendo em vista que Trump utiliza-se do mesmo unilateralismo ao mesmo tempo que conferi maior valor ao âmbito militar do pais[11].

Contudo, há autores que aferem que os Estados Unidos são um império ou se comportam como um. Bandeira (2009), por exemplo, cita a utilização das bases militares como uma postura imperialista:

> *As propostas para tornar os Estados Unidos um império não eram intelectualmente sérias, na opinião do jornalista William Pfaff, do International Herald Tribune, mas eram significativas, porque a classe política e a burocracia estavam apaixonadas pelo poder internacional e "they want more"16. A enorme cadeia de bases militares, que os Estados Unidos mantêm em todos os continentes, exceto Antártica, configura, de fato, uma forma de império (p. 15)*

Embora seja um debate enriquecedor, não é uma das finalidades desta pesquisa adentrar nesta discussão, mas será tomado como base, os Estados Unidos como um *hegemon*, isto é, a liderança que o país exerce hoje é notoriamente consentida pela maioria dos outros Estados.

[11] https://brasil.elpais.com/brasil/2018/02/08/internacional/1518111363_788469.html. Acesso em 20 de novembro de 2018.

2.2. O Realismo no Governo Trump

Segundo o National Security Strategy (NSS), publicado em dezembro de 2017, a escolha estratégica dos Estados Unidos para tratar assuntos de política externa, foi denominado como *principled realism* (em português, “realismo de princípios”). Que segundo o mesmo documento:

> *It is realist because it acknowledges the central role of power in international politics, affirms that sovereign states are the best hope for a peaceful world, and clearly defines our national interests. It is principled because it is grounded in the knowledge that advancing American principles spreads peace and prosperity around the globe. We are guided by our values and disciplined by our interests*[12]*. (p. 55)*

Isto é, a geopolítica estadunidense será guiada pela busca do poder, no qual o governo norte-americano reconhece como “central” nas Relações Internacionais, e ao mesmo tempo em que disseminará princípios estadunidenses por defini-los como os mais corretos para estabelecer a paz e democracia.

Porém, ao analisar o trecho, o que é perceptível é a possibilidade de existência de uma austeridade neste estabelecimento da paz, podendo ser utilizada a força quando conveniente para os Estados Unidos. O que teria chances de ser um efeito contraproducente, pois a utilização de aparatos belicosos elimina, instantaneamente, a paz na sua integridade. Levando em conta o perfil de Donald Trump e o que já foi observado em alguns episódios nos seus dois anos de governo ao optar por intervir com estratégias mais violentas, esta paz pode ser buscada por meios totalmente distintos a este fim. Além do mais, o documento torna a busca pelo poder como elemento central para um Estado, ou seja, ao realizar uma análise da história das Relações Internacionais, o âmbito desta busca incessante pelo poder

12 Tradução: “É realista porque reconhece o papel central do poder na política internacional, é afirmado que os Estados soberanos são a melhor esperança de um mundo pacífico e define claramente os nossos interesses nacionais. Ela é baseada em princípios porque está fundamentada no conhecimento de que os princípios americanos avançados disseminam a paz e a prosperidade em todo o mundo. Somos guiados pelos nossos valores e disciplinados pelos nossos interesses”.

apresenta um laudo de ocorrências conflitantes e de grandes guerras entre os Estados no momento em que sentem seu poder diminuído ou que visam aumentá-lo.

Para uma melhor compreensão da postura escolhida pelo governo atual, é importante discorrer sobre o Realismo, a mais influente teoria das Relações Internacionais, e como esta corrente se insere nas políticas externas recentes dos Estados Unidos.

Esta corrente teórica teve surgimento a partir do século XV, sobretudo, com os filósofos Nicolau Maquiavel e Thomas Hobbes. Rejeitando o idealismo de Aristóteles e Platão, os autores alegavam o papel central que o Estado exercia em um contexto internacional onde as condutas eram determinadas pela busca ou manutenção do poder. Ou seja, o cenário da política internacional seria resultado de um conflito de forças opostas que estariam presentes constantemente, sendo dever do Estado estar sempre preparado para reagir as ações dos outros países. Consequentemente, a estrutura anárquica seria a base das Relações Internacionais, tendo em vista que neste cenário realista existiria o equilíbrio de forças, em que os países conteriam o almejo expansivo de qualquer Estado, não havendo uma potência hegemônica e líder das Relações Internacionais (BRAVO; PINTO, 2016).

Há ainda o Realismo moderno que surgiu como uma resposta ao Idealismo moderno no entre guerras, uma vez que, segundo Bravo e Pinto (2016), esta ideologia não obteve sucesso nas suas pretensões, sobretudo ao não conseguir impedir um novo período de guerra. Os dois principais precursores deste Realismo moderno foram autores Edward Carr e Hans Morgenthau, no qual aprofundaram e modelaram os pressupostos clássicos do Realismo. E sinteticamente, Carr reforçou duas ideias principais realistas: o papel central que exerce o Estado, sem a possibilidade de qualquer outra organização estar superior a ele, e o poder como determinante dos comportamentos políticos. Morgenthau, por sua vez, contribuiu por atribuir maior delineação através de seis principais conceitos: 1) O entendimento das relações políticas por leis objetivas, em que estas seriam ligadas à natureza humana; 2) A esfera política é autônoma das demais, isto é, o determinante das ações dos estados seriam ditados pela política e busca pelo poder; 3) Bastante relacionado com o conceito anterior, os interesses, em quaisquer relações e não somente entre as nações, são definidos aos moldes do poder; 4) A quarta contribuição seria a afirmação

de que a moral dos estados seria exclusivamente predeterminada pela análise das consequências das ações futuras, e não da existência de uma ética abstrata ou uma "boa vontade"; 5) Os interesses não são universais, cada país possui um objetivo próprio que, provavelmente, não é um fim geral buscado unanimemente; 6) No último conceito, Morgenthau reforça o caráter bem distinto das outras correntes teóricas, e, sobretudo, no que tange a "[...] singular atitude intelectual e moral com respeito a matérias ligadas à política [do Realismo]" (MORGENTHAU apud BRAVO; PINTO, 2016, p. 144).

Tendo em vista que o próprio documento de diretrizes para segurança nacional dos Estados Unidos, o National Security Strategy (NSS), defini que a política externa do país será baseada em um principled realism (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2017), retomar teorias clássicas como as teorias realistas formuladas por Nicolau Maquiavel no século XV é primordial para compreender as ações do governo Trump e elaborar tendências destas na política externa estadunidense. É possível alegar que o governo Trump está coerente com esta corrente teórica, de modo que é evidente o recuo dos Estados Unidos no multilateralismo, e simultaneamente priorizando os acordos unilaterais que prevaleçam os interesses norte-americanos. Apesar desta "inclinação" para o isolacionismo (embora é importante ressaltar que esta tese não alega que os Estados Unidos adotaram uma postura deveras isolacionista) ao desviar de acordos progressistas para o desenvolvimento de uma comunidade internacional, o país intervém quando consideram necessário, e amiúde é a utilização da "força", entretanto, estas intervenções mavórcias não são somente uma particularidade do governo Trump, de modo que a utilização da coerção marca repetidamente a história da geopolítica norte-americana. É plausível analisar estas intervenções com base nos pressupostos de Maquiavel, sobretudo quando o autor afirma:

> *Deve, pois, um príncipe não ter outro objetivo nem outro pensamento, nem tomar qualquer outra coisa por fazer, senão a guerra e sua organização e disciplina, pois que é essa a única a arte que compete a quem comanda. E é ela de tanta virtude, que não só mantém aqueles que nasceram príncipes, como também muitas vezes faz os homens de condição privada subirem àquele posto; ao contrário, vê-se que, quando os príncipes pensam mais nas delicadezas do que nas armas, perdem o seu Estado.* (MAQUIAVEL, 1532, p. 86).

Baseado em intervenções, em sanções e ataques com a utilização de aparatos bélicos (FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2017) provindos do atual governo, não é laborioso tecer comparações com as premissas “duras” de Maquiavel, embora é verdade que Trump não radicalizou-se para tanto como os pensamentos do Maquiavel, entretanto o presidente possui ideias análogas ao autor no momento em que defende a diretriz realista, onde o Estado deve primar pelas suas defesas, resultando na proposta de aumento do orçamento com gastos militares[13], e ao mesmo tempo coagir aqueles que ameaçam sua hegemonia.

Embora Trump não abdique do posto hegemônico dos Estados Unidos e assim não permitindo a possibilidade de um sistema anárquico, as demais condutas tomadas por Trump no que tange à política externa é reflexo desta visão realista, uma vez que o presidente mitiga acordos que não visem primordialmente os objetivos estadunidenses, prejudicando a visão de uma comunidade internacional. Concomitantemente ao fato de destinar esforços para garantir o poder e interesses norte-americanos em um cenário em que todos são adversários em potencial.

2.3. Conceito de Protecionismo

É evidente que o governo Trump está guiando o país com base em estratégias protecionistas, devidamente em função da sua diretriz máxima *America First*, no qual está concretizando inúmeras medidas tarifárias ou não, que dificultam as importações ou que impeçam a evasão de recursos humanos e industriais do território norte-americano. Tendo isso em vista, atribui-se devida importância a uma apresentação breve sobre a corrente teórica do protecionismo.

Tal corrente surgiu a partir do século XVIII, e em resposta ao liberalismo econômico, a doutrina predominante na época. O protecionismo, como o nome já denota, defende a ideia de adotar medidas para antepor as exportações em detrimento das importações com a finalidade de priorizar a produção nacional.

[13] https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/02/proposta-de-orcamento-de-trump-eleva-gasto-militar.shtml. Acesso em 11 de novembro de 2018.

Tendo como um dos seus principais precursores Friederich List, o pensador alemão não defendia o protecionismo em todos os casos, mas afirmava que há estágios mais corretos para um país escolher práticas protecionistas. Deste modo, sinteticamente, os países em um estágio mais atrasado deveriam recorrer ao livre comércio mesmo que seja posto como desigual. Estes uma vez que já desenvolveram suas indústrias, devem adotar estratégias para que protejam as suas produções e evitem adentrar em relações comerciais com nações mais avançadas. No último estágio estariam as nações mais desenvolvidas (como a Inglaterra no século XIX e os Estados Unidos mais recentemente), no qual estas se beneficiariam mais com um livre comércio entre os países (HOLANDA FILHO, 1998).

Notoriamente, o governo Trump está impondo maiores taxações a importações ao mesmo tempo em que está facilitando subsidiamente a instalação e permanência de indústrias no país, como defende o conceito de protecionismo. Embora, o próprio principal difusor desta corrente contraria-o citando que no último estágio dos países, no que tange a seu avanço na industrialização, são mais beneficiados por uma política liberalista sem taxações e barreiras. Portanto, a prática protecionista escolhida pelo governo atual pode ser contraproducente, tendo em vista que as barreiras criadas para obstruir o livre comércio com os Estados Unidos tendem à encarecer os produtos que servem a própria produção do país (como o aço e o alumínio taxados este ano (2018)[14]) como também o valor final dos produtos para os consumidores.

Embora, ainda é importante ressaltar que os Estados Unidos nunca praticaram integralmente o liberalismo, sendo possível observar na sua história casos em que o governo recorreu aos meios do protecionismo para desenvolver sua economia interna em menor ou maior grau, e que portanto é errado afirmar que Trump também foi um ponto de inflexão total aos governos anteriores acerca desta questão da abordagem protecionista.

A prognose deste protecionismo é averiguado por DAMAS (2017), que afirma que as medidas de taxações das importações e o endurecimento com empresas que

[14] https://brasil.elpais.com/brasil/2018/05/31/internacional/1527774364_377934.html. Acesso em 31 de outubro de 2018.

“exportam” suas unidades de produções para outros países, podem agir negativamente na economia estadunidense, de modo que estas medidas podem encarecer setores da produção nacional que dependem de importações, e em consequência disto tornará os produtos finais menos competitivos no mercado internacional e mais caro localmente. Além de que estas medidas protecionistas podem não proteger os empregos da população norte-americana, pois segundo DAMAS (2017) dando um exemplo das recentes taxações de aço pelo governo Trump, as indústrias que se utilizam do aço seja este importado ou não, geram mais emprego do que as próprias indústrias de aço norte-americanas.

3. ANALISANDO A ELEIÇÃO DE TRUMP

Em 9 de Novembro de 2016 quando fora declarado a vitória do candidato Donald Trump, não somente a população estadunidense como as populações em vários países ficaram estarrecidas com o resultado. O mais esperado para aquele dia seria a eleição da principal adversária de Trump, Hillary Clinton, uma vez que várias pesquisas apontavam para esta direção. As explicações para este fato imprevisto são diversas.

Conforme GOLDFARB (2016), 40% do eleitorado total do país votam no Partido Republicano, isto é, partido de Donald Trump. Este “Bloco” não consiste na maioria da população, mas são vistos como um “Bloco” mais unificado dentre os eleitores. A origem deste grupo de eleitores provem de fazendeiros e suas famílias que tiveram que sair das suas propriedades por conta da seca que assolou na década de 1930. Com sua imigração para áreas urbanas, as famílias fundaram partidos republicanos. Nas décadas de 60 e 70, o partido assistiu mais adições ao seu grupo de eleitores com cidadãos insatisfeitos com avanços progressistas, como leis que garantiam direitos iguais aos negros e o direito ao aborto as mulheres. Diferente do perfil dos eleitores do Partido Democrata, que em sua maioria são negros, hispânicos, asiáticos e pessoas com curso superior, os eleitores que votam em republicanos são, majoritariamente, indivíduos brancos sem curso superior.

A forma indireta de eleger o presidente também ajudou Trump a obter vitória diante de Hillary, esta que venceu no voto popular, contabilizando 59.814,018 votos contra 59.611,678 do magnata, porém perdendo no número de delegados. Este sistema de votação é controverso, sendo alvo de críticas ou preconizações. Tal sistema funciona da seguinte forma: o cidadão estadunidense não vota diretamente no seu candidato preterido, mas no delegado que representara seu Estado, e que, de fato, escolherá o candidato. Cada Estado tem um número de delegados proporcional ao tamanho da sua população. É possível, então, a existência de grande discrepância em relação ao “peso” de cada estado para as eleições. A Califórnia, por exemplo, com seus 39 milhões de habitantes, possui 55 delegados, enquanto o estado do Alaska

(700 mil habitantes), representa somente 3 delegados[15]. Exceto em Maine e Nebraska, o candidato que obteve o maior número de votos no estado, acaba assenhorando todos os votos dos delegados. Este método de contagem de votos é conhecido como *the winner takes all* ("o vencedor leva tudo"). Desta forma, o sistema permite que o candidato mais votado não seja, necessariamente, eleito para o cargo. Há ainda dois estados-chave que foram decisivos para o resultado das eleições, são eles: Flórida e Ohio. Tipicamente, grande parte dos estados do país concedem quase sempre o mesmo voto para um partido, exceto pelos dois estados citados acima. Por essa razão, são conhecidos como *swing states*, onde qualquer resultado é factível. Trump conseguiu quase 10% a mais de votos em relação a Hillary no estado de Ohio, e menos de 1% a mais na Flórida. A partir do método *the winner takes all*, Trump conquistou 47 delegados nos dois estados, contribuindo para a contabilização total de delegados[16].

Outro motivo que sustentou a vitória de Trump, foram os escândalos envolvendo Hillary antes das eleições, dispersados veemente pelos canais de mídia. Os episódios de investigações do FBI sobre Hillary eram pelo fato da candidata ter usado e-mails de servidor privado enquanto ainda era Secretária de Estado entre 2009 e 2013. As investigações sendo verídicas ou não, a repercussão abalou a campanha de Hillary, tendo suas intenções de votos oscilando durante o processo eleitoral[17]. Mais adiante no texto, será possível compreender melhor este caso, pois estes escândalos tiveram rebatimentos no próprio presidente Donald Trump, cujos profissionais ligados a ele estão sendo alvos de investigações do FBI apontando supostas relações com espiões russos responsáveis por conspirar contra Hillary Clinton beneficiando o republicano nas eleições[18].

---

[15] http://m.folha.uol.com.br/mundo/2016/11/1831806-resultado-reacende-debate-sobre-reforma-eleitoral-nos-eua.shtml. Acesso em 14/10/2017.

[16] https://exame.abril.com.br/mundo/como-hillary-clinton-perdeu-eleicao/. Acesso em 15 de outubro de 2017.

[17] http://ultimosegundo.ig.com.br/mundo/2016-10-29/hillary-clinton.html. Acesso em 15 de outubro de 2017.

[18] http://www.bbc.com/portuguese/internacional-42711228. Acesso em 24 de janeiro de 2018.

André (2016) aponta a crescente afirmação de ideologias polarizadoras e radicais, pautadas pela emergência do *Tea Party* (movimento que defende ideias conservadoras e possuem aversão aos políticos tradicionais[19]), como um ambiente que favoreceu a eclosão de Trump como um candidato, e que, outrora não seria possível perante uma ideologia menos inexorável. Como também, aponta o erro dos outros candidatos no início do processo eleitoral em não dar credibilidade a campanha de Trump:

> *Durante meses, os favoritos debateram-se mutuamente, deixando Trump de fora do processo crítico, enquanto este recebia uma inédita atenção mediática, como o «candidato inesperado». Mesmo após as primeiras vitórias de Trump, o partido tardou em reagir e os seus adversários continuaram a ignorá-lo. Seguindo o célebre princípio «dividir para reinar», Trump foi amealhando vitórias, apesar da sua percentagem de votos raramente ultrapassar os 50 por cento, aumentando o número de delegados conquistados. Quando se procurou uma frente alternativa unida contra Trump, era demasiado tarde.* (ANDRÉ, 2016, p. 31)

A particularidade de ser um *outsider*, a fortuna alimentada pela atividade imobiliária e a repercussão midiática de Trump, especialmente como um hábil administrador e empresário, são outros três fatores que o ajudaram a chegar no cargo presidencial (MIELNICZUK, 2017; FINGUERUT, 2016). O primeiro fator pode ser explicado pelo desgaste da população com a nomeação de políticos tradicionais que tinham sua trajetória marcada por cargos na política, aspecto presente no perfil de Hillary, que já foi primeira-dama, senadora e secretária de estado[20]. O segundo fator permitiu a ele dispensar o financiamento de possíveis contribuidores para bancar a sua campanha, no qual ele próprio sustenta. E o último fator foi alicercado, principalmente, pelo programa *The Apprentice* (“O Aprendiz” no Brasil), em que os participantes disputavam para conquistar uma oportunidade nas empresas de Trump[21].

---

[19] https://veja.abril.com.br/mundo/tea-party-o-novo-protagonista-politico-americano/. Acesso em 11 de novembro de 2018.

[20] http://www.bbc.com/portuguese/brasil-37867133. Acesso em 18 de outubro de 2017.

[21] https://www.msn.com/pt-pt/noticias/other/est%C3%A1-despedido-a-frase-que-trump-levou-do-the-apprentice-%C3%A0-casa-branca/ar-AAprdA0?li=BBoPWjC. Acesso em 12 de outubro de 2017.

Apesar dos diversos autores elencarem diferentes fatores para a eleição de Trump, existe um consenso entre eles, de que a insatisfação da população, principalmente da classe trabalhadora branca, com as instituições políticas, com a ascensão de medidas progressistas e com a internacionalização da economia (denominada pela maioria dos autores como globalização, contudo não é foco deste texto adentrar nesta discussão se é coerente ou não intitular este processo de globalização), permitiu a Trump se eleger. Mielniczuk (2017) explicita muito bem o fato:

> *Por outro lado, a adoção de medidas favorecendo a legalização da situação de imigrantes, a igualdade de gênero, o fim do encarceramento em massa da juventude negra, a legalização da união de pessoas do mesmo sexo, entre outros, aumentou a sensação de exclusão das classes médias brancas empobrecidas com a crise e que temiam a imposição de uma ditadura das minorias contra os valores tradicionais da sociedade norte-americana, assim como contra o seu emprego.*
> *Aqui entra Donald Trump, cujas principais virtudes estão alinhadas às expectativas mais conservadoras: ser um homem do mercado e um outsider da política partidária".* (p. 20)

Ainda em Mielniczuk (2017):

> *É, portanto, a descrença nas instituições políticas da democracia americana que impulsiona a projeção de uma figura tão controversa como Donald Trump, em um cenário marcado pelo crescimento do conservadorismo e pela polarização da sociedade a respeito dos direitos das minorias.* (p. 21)

André (2016) contribui reafirmando:

> *Explicar a surpreendente vitória de Trump implica considerar diversas variáveis. Uma das mais importantes parece ser o descontentamento generalizado do eleitorado norte-americano com a vida política no país, nomeadamente o estado anêmico da economia, a sucessão de alterações sociais relevantes (aprovação do casamento homossexual, despenalização do consumo de drogas leves em vários estados) e a implementação do novo sistema de saúde (nacionalizado e obrigatório), muito impopular junto dos setores conservadores."* (p. 29)

Desta forma, Trump, sabidamente, atentou-se a sua postura e seu discurso para atingir a classe trabalhadora média dos Estados Unidos, na qual não está muito

preocupada com questões sócio-culturais ou com o tipo de diplomacia utilizada na política externa, e sim, está mais sensível aos problemas comuns durante o dia-a-dia.

Goldfarb (2016) ao questionar uma professora nascida nos Estados Unidos qual seria o motivo para um cidadão votar em Trump, a mesma respondeu:

> *Lecionei em escola de grandes centros urbanos por mais de 30 anos"[…] "Fui por algumas vezes preterida em promoções por não ser de uma minoria. Trabalhei em uma escola em que crianças imigrantes tinham tratamento dental e oftalmológico gratuito enquanto eu tinha problemas para custear o do meus filhos."[...] "É uma chama que pode ser abanada e virar ódio. Você precisa superar (os sentimentos ruins).*

A partir do relato da professora, é possível visualizar a existência de insatisfação de grande parte da população em observar que diligências governamentais estão sendo demandadas para partes minoritárias do país, e neste caso particularmente com imigrantes.

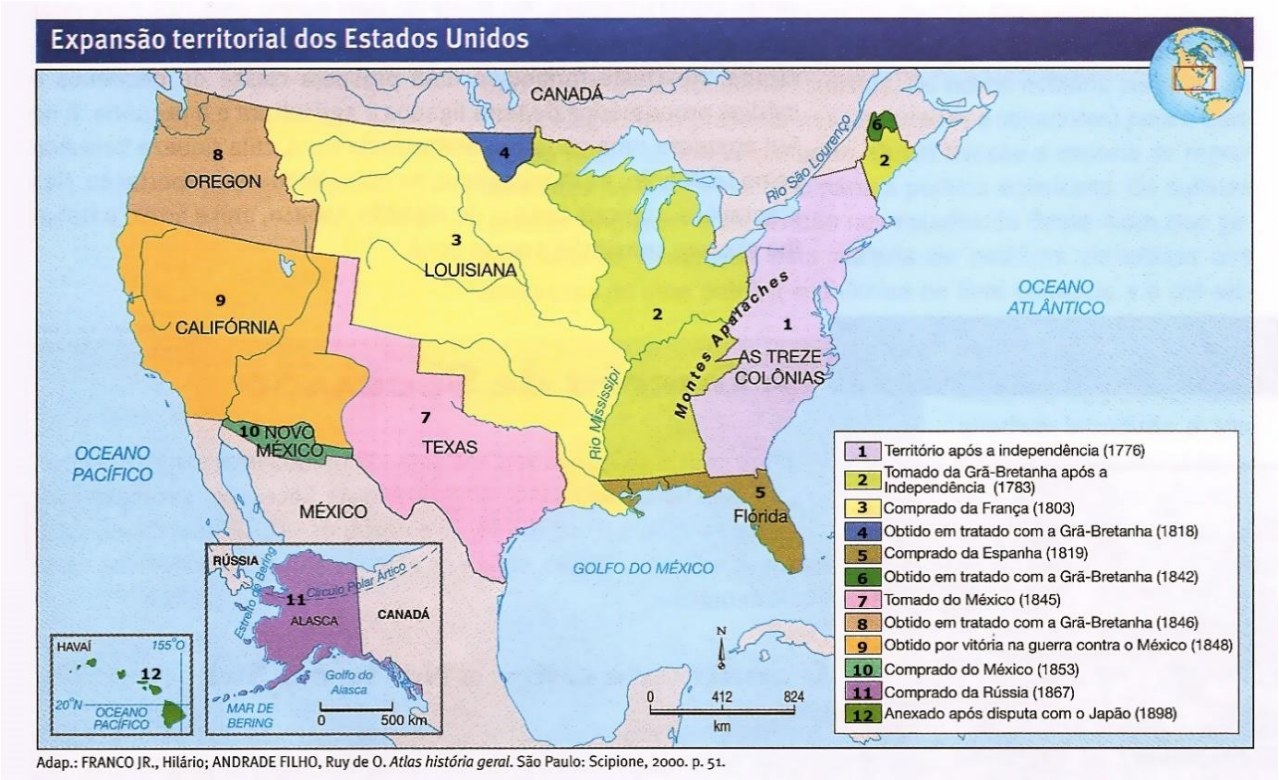
Ainda que a maioria das pesquisas apontassem para a eleição de Hillary Clinton, Trump ofuscou as previsões e conseguiu o cargo presidencial na maior economia do mundo. Justificar esta vitória de Trump possui, portanto, vários fatores provindos de diferentes ocasiões, desde o próprio perfil do presidente até o sistema eleitoral sinuoso dos Estados Unidos. Embora, como já ressaltado, a variável mais importante nesta eleição presidencial norte-americana foi o descontentamento generalizado da população com a política vigente, principalmente, com aqueles políticos moderados e tradicionais. Logo, a conduta dessemelhante e a índole *outsider* de Trump encaixaram-se muito bem na lacuna de insatisfação daqueles que sentem estar "perdendo" seus direitos para as minorias. Conforme André (2016), Trump "surgiu como «o homem certo no momento certo»" (p. 31).

4. A FORMAÇÃO TERRITORIAL DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA E SUA GEOPOLÍTICA

Num primeiro momento, é importante discernir a formação deste estado "inédito" no contexto mundial, para assim, auxiliar na compreensão da sua geopolítica e de seu poder que detém hoje. Deste modo, este capítulo irá delinear a construção

dos Estados Unidos no qual será possível observar quais foram os fatores e como se deu a excepcionalidade deste estado.

Figura 3: Mapa da Expansão Territorial Estadunidense



Fonte: <https://sga.uniube.br/aulas/ftp/c700/d700089/a03/imgs/t1.1.jpg> Acesso em 22 de outubro de 2018.

Posterior a algumas tentativas de colonização, o império inglês deu início ao povoamento no norte da América, de fato, somente no século 17, a partir da entrega deste território as companhias particulares interessadas em ocupá-lo (KARNAL, 2007), sendo diferente da sistemática colonização da “América ibérica”, que foi mais organizada e com rígido controle das metrópoles (contrariando o senso comum de que a colonização ibérica foi “desleixada”, enquanto a colonização inglesa teria sido mais ordenada). (KARNAL, 2007). A colonização anglo-saxônica foi marcada ainda pela violenta relação entre os colonizadores e os índios, no qual o primeiro grupo, motivado pela conquista de novas terras, quase não se eximiu em utilizar a violência para exterminar os nativos.

No final do século 17 e todo o século 18, a presença de guerras na Europa, que acabavam por introduzir a América, se acentuaram à medida que a insatisfação dos colonos também crescia, e uma vez que a Inglaterra pouco se atentava aos interesses dos colonos em seus acordos decorrentes das guerras coloniais, esta insatisfação foi sendo alimentada (KARNAL, 2007). Por outro lado, no momento em que as guerras cessaram e a política interna da Inglaterra estabilizou com a monarquia parlamentar, os ingleses passaram a propiciar maior controle nas suas colônias, o que reforçou a insatisfação dos colonos e contribuiu para o florescimento do sentimento de independência (KARNAL, 2007). Outros fatores como o mercantilismo e a violência das tropas inglesas sustentaram a revolta dos colonos na América do norte (KARNAL, 2007).

Desta forma, em 4 de julho de 1776 as colônias declararam a sua independência da Inglaterra. Tal como a maioria, este processo de independência não ocorreu de forma pacífica, apresentando vários episódios de batalhas. No entanto, com o apoio da França, Holanda e da Espanha, os colonos conseguiram uma vitória decisiva no estado da Virgínia em 1781, derrotando as tentativas das tropas inglesas e podendo concretizar as suas colônias como Estados livres (KARNAL, 2007).

Ainda é importante salientar um pensamento difundido no período colonial que, segundo Karnal (2007), possivelmente influenciou a geopolítica dos Estados Unidos no século XX. Este pensamento consistiu na crença de que os colonos foram “abençoados” por Deus para a missão de colonizar a América do norte, esta crença de “missão” dada por Deus, ocorreu da mesma forma no pós-Segunda Guerra Mundial e em especial no período da Guerra Fria (1947-1991), o discurso seria nesses dois períodos de que os Estados Unidos foram escolhidos pela “vontade divina” para combaterem o socialismo da União Soviética.

4.1. Fatores Responsáveis Pela Excepcionalidade dos Estados Unidos

Uma sintética exposição da história do descobrimento e independência estadunidense não é suficiente para explicar a singularidade da formação da atual maior potência hegemônica. Por consequência, esta parte do trabalho se atentará para apresentar os principais fatores por esta singularidade atípica da construção de

uma nação no curso da história. E que, como resultado, contribuirá para elucidar no entendimento de como se deu o processo de constituição do poder que se encontra hoje nos Estados Unidos.

Logo de início, é possível encontrar diversos autores que apontam para o fator colonização, estes alegam diferentes caminhos e progressos para as formas divergentes com quais as colônias foram concebidas. Smith (apud EHRL; MONASTERIO, 2015) explicava que a própria ausência de zelo pela Inglaterra com as colônias na América do Norte permitiu menor restrição para o desenvolvimento destas. Roscher e Leroy-Beaulieu (apud EHRL; MONASTERIO, 2015), ambos afirmavam que a colonização de povoamento formaria países mais igualitários e democráticos. North (apud EHRL; MONASTERIO, 2015), por sua vez, somou a discussão um fator econômico, o autor afirmou que no território dos Estados Unidos, a metrópole inglesa instalou uma ocupação voltada para as exportações e uma agricultura intensiva, revigorando o aparato tecnológico e a concentração de capitais na colônia. Para Engerman e Sokoloff (apud EHRL; MONASTERIO, 2015), as colônias de povoamento proporcionaram uma política mais aberta ao acesso à terra, contribuindo com a construção de instituições que permitiam maior participação da população, promovendo a longo prazo o desenvolvimento desta. Ainda segundo os dois autores, a igualdade, presente na sociedade dos Estados Unidos na época, contribuiu para criar um mercado para produtos industrializados padronizados, alavancando a própria industrialização no século 19. Por fim, Acemoglu, Johnson e Robinson (apud EHRL; MONASTERIO, 2015), reforçaram a questão das instituições criadas na época colonial que perduram até hoje, no qual eles afirmam que as colônias de povoamento:

> *[…] reproduziam as instituições europeias, com garantias para a propriedade privada e os governos não extrativos (institutions of private property). Esta diferença inicial permaneceu no longo prazo e teria sido responsável pelas atuais diferenças de renda entre os países* (p. 25).

Os EUA foi o primeiro estado nacional que se formou fora do continente europeu, ainda que possa ser considerado como um estado “tardio” pelo fato que já existiam estados consolidados e hierarquizados na Europa desde o século XVII

(FIORI, 2015). A peculiaridade da sua própria formação já consisti em um dos fatores para compreender seu poderio, visto que se separou de um estado em expansão, o império inglês, diferentemente dos países latino-americanos que se tornaram independentes de estados em decadência (FIORI, 2015). Este fato contribuiu para o crescimento dos Estados Unidos ao permitir que o estado norte-americano mantesse íntegras relações econômicas com a Inglaterra mesmo com a independência estadunidense. Estas relações não resumiam-se somente a um sistema primário-exportador entre colônia e império, de forma que o capital de investimento da Inglaterra esteve muito presente na independência dos Estados Unidos, contribuindo para financiar grandes plantações e construções de infraestruturas para a circulação da produção (FIORI, 2015).

O cenário geopolítico da época conjuntamente com a localização espacial do país foram outros dois fatores que auxiliaram na expansão norte-americana. Por localizar-se em uma região insular em relação aos estados europeus, os Estados Unidos ficaram distante das várias guerras que ocorriam na Europa entre 1763-1815, quando ocorreram a Guerra dos Sete Anos e as guerras napoleônicas (FIORI, 2015). Esse período de guerras permitiu aos Estados Unidos conquistarem vários acordos a seu favor e expandir seu território a partir da condição fragilizada da maioria dos grandes estados europeus. Fiori (2015) apresenta alguma de suas conquistas:

> *Foi neste mesmo contexto de fragilidade européia que os Estados Unidos conseguiram impor, aos ingleses, quase todas as suas condições, no Tratado de Fort Greenville, em 1795, com relação às terras indígenas da zona fronteiriça com o Canadá, onde veio ser criado o estado de Ohio; e o mesmo aconteceu nos tratados assinados com a Espanha, neste mesmo ano, definindo as fronteiras comuns, no sudoeste do novo estado americano. Um pouco depois, em 1803, os Estados Unidos ainda conseguiram uma nova vitória, ao conseguir comprar o território da Louisiana dos franceses, que o haviam recuperado da Espanha, pelo Tratado de Santo Ildefonso, de 1800. O mesmo procedimento utilizado com relação à Espanha, no caso da anexação da Flórida em 1819*. (p. 4)

Outro ponto a considerar para a compreensão da construção do poder norte-americano, consiste na Guerra Civil Americana entre 1861 à 1877 (FIORI, 2015). Por um lado, o conflito entre a Confederação e a União gerou grandes perdas humanas e

físicas, mas, em contrapartida, ao fim do conflito, a redistribuição e centralização do poder tornaram possível para o Estado criar uma sólida economia nacional, e a partir disto, criou-se uma “aliança” entre o estado e o capital financeiro, o que permitiu a esta, dinâmica e liberdade de agir no espaço do país, atribuindo-lhe um caráter excepcional em comparação ao capital dos outros países (FIORI, 2015). O crescimento da economia ocasionado por esta guerra pode ser constatado a partir de dados que evidenciaram a realidade na época:

> *Entre 1864 e 1879, por exemplo, o número de banqueiros em New York aumentou de 167 para 1800.” (Bensel, 1990: 238-249). Exatamente no mesmo período em que a produção americana de carvão aumentou 800%, a produção de trilhos de aço, 523%, a milhagem de estradas de ferro cresceu 567%, e a produção de trigo, 256%, enquanto a imigração dobrava o tamanho da população americana.* (FIORI, 2015, p. 10)

TEIXEIRA (1999) também atribuiu grande importância a Guerra Civil, do mesmo modo que ressaltou o papel das duas Guerras Mundiais no século 20 para dar prosseguimento na expansão da economia capitalista financeira dos Estados Unidos, no qual ele defini como *modern capitalism.* Segundo o autor, o motor primário do *modern capitalism* foi a expansão da ferrovia na segunda metade do século 19, que serviu para “[...] unificação do espaço econômico de dimensões continentais quanto à monopolização da agricultura e do comércio” (TEIXEIRA, 1999, p. 158). E além disso, a eficácia do grande capital em acumular e unificar os mercados, conferiu-o excepcionalidade no território estadunidense.

Concordando com Fiori (2015), Teixeira (1999) também assinala que a Guerra de Secessão contribuiu para a centralização do poder da União e a criação de uma economia comum nos Estados Unidos, resultando no crescimento do país.

Em relação as duas Guerras Mundiais, Teixeira (1999) pondera que na Primeira Guerra os Estados Unidos alcançaram o posto de centro cíclico principal da economia no mundo, uma vez que a guerra implicou poucas perdas humanas e de infraestrutura para o país, ao mesmo tempo que impulsionou as suas indústrias e exportações no período (o que não ocorreu nas principais potências européias envolvidas na guerra), além do mais,

> *[…] a I Guerra Mundial permitiu que o Estado desempenhasse novas e ampliadas funções, organizando a economia de guerra, planejando centralizadamente a mobilização de recursos em escala nacional, articulando-se de forma orgânica ao grande capital e levando, dessa forma, a economia americana a operar a plena carga.* (TEIXEIRA, 1999, p. 11)

Logo, com a Inglaterra desfavorecida pelos esforços beligerantes, a moeda nacional inglesa não conferia mais como a base para o comércio mundial, tornando o dólar a nova moeda para as transações e fluxos comerciais (Teixeira, 1999). Os Estados Unidos passaram de grande devedor ao maior fornecedor de crédito nas relações comerciais internacionais.

Por sua vez, a Segunda Guerra Mundial permitiu aos Estados Unidos tornarem-se, definitivamente, a nação hegemônica do mundo. Anterior à guerra, o país ainda estava sob atuação dos rebatimentos da Crise de 1929, contudo com o início dos conflitos, a retomada do crescimento econômico foi rápido e eminente nos números, como mostra Teixeira:

> *[…] as exportações elevaram-se de US$ 3,1 bilhões em 1939 para US$ 5,2 bilhões em 1941; o gasto público passou de US$ 6 bilhões em 1940 para US$17 bilhões em 1941; a recordação da I Guerra Mundial, ainda muito viva na lembrança de todos, fez com que se antecipassem os gastos de consumo; e o efeito multiplicador do aumento da demanda agregada elevou o PNB de US$ 90 bilhões em 1939 para US$124 bilhões em 1941. Essa aceleração do crescimento manteve-se, depois de dezembro de 1942, quando os Estados Unidos entraram na guerra.* (TEIXEIRA, 1999, p. 13)

Isto é, os Estados Unidos após o findar da Segunda Guerra Mundial apresentava conjuntura econômica e geopolítica suficientes para dar prosseguimento como *hegemon* nas Relações Internacionais.

Além de que, os Estados Unidos abandona a sua postura de introversão em relação aos assuntos que decorriam na Europa, para não somente ser delineador da guerra, tal como assumiu o ordenamento mundial no pós-Guerra com a intenção de eliminar o “eurocentrismo” no mundo (Teixeira, 1999).

Por fim, Santos (2012) ainda enumera alguns outros fatores que contribuíram para a expansão dos Estados Unidos:

> *Com um território distendido ao longo da América do Norte entre dois oceanos, o Atlântico e o Pacífico, os Estados Unidos não tinham vizinhos que pudessem ameaçar sua segurança. Seu extensivo litoral impedia que qualquer bloqueio fosse efetivamente mantido. E, ao ascender ao primeiro lugar no ranking das maiores potências industriais nos anos 1890, os EUA começaram a robustecer seu poder marítimo, até então menor que de países como Brasil, Argentina ou Chile.* (p. 176)

4.2. Breve História da Geopolítica Estadunidense

Desde a sua independência em 4 de julho de 1776, os Estados Unidos procuraram alavancar seu poder expandindo seu território e sua economia, embora que, de início, essa expansão limitava-se somente ao continente americano. Este crescimento contínuo dos Estados Unidos permitiu-os a conquistarem a liderança do sistema no século 20, podendo ser caracterizado como um evento incomum, uma vez que as grandes potências do mundo sempre se localizaram no continente europeu, como França, Inglaterra, Alemanha e Espanha (FIORI, 2015).

No que tange a etapa bem inicial da definição dos valores e estratégias geopolíticas na história deste Estado que iniciava a sua composição e formação, Hermida (2018) atribui grande importância aos documentos redigidos no Pacto de *Mayflower* (1620 – que foi um tratado assinado por 41 Padres Peregrinos para delinear melhor uma organização sociopolítica), a Declaração de Independência (1776) e a Constituição do país (1787) para a definição da geopolítica dos governos atuais:

> *Estos tres importantes documentos, el Pacto del Mayflower, la Declaración de Independencia y la Constitución, constituyen el fundamento ideológico de los lineamientos geopolíticos de los EUA6, donde se pueden apreciar vertientes de índole religiosa, política y económica, mezcladas con un pragmatismo realista y argumentaciones idealistas*[22] (p. 4).

[22] Tradução: "Estes três documentos importantes, o Pacto de *Mayflower*, a Declaração de Independência e da Constituição, constituem a base ideológica de diretrizes geopolíticas dos EUA,

Contudo, até o final do século 19 os Estados Unidos pouco apresentavam influência entre as grandes potências, fato que pode ser observado na ridicularização dos europeus com a Doutrina Monroe em 1823 para não interferirem na América (FIORI, 2015). Neste século, os Estados Unidos estiveram mais voltados ao continente americano, onde possuíam poder para disseminar suas decisões. Desta forma, concentrados no seu espaço e na sua "vizinhança", os EUA obtiveram conquistas consideráveis para a expansão do seu território como mostra Fiori (2015):

> *Foi assim no caso da anexação do Texas em 1845, e na guerra com o México, em 1848, onde os Estados Unidos aumentaram em 60% o tamanho do território americano com a conquista e anexação do Novo México e da Califórnia. Gigantesco território que se somou ao Óregon, recém-negociado com a Inglaterra, para abrir as portas do Pacífico para os Estados Unidos.* (p. 8)

Apesar de estarem limitados a América, os Estados Unidos conseguiram prorrogar sua política extracontinental alcançando alguns países da Ásia (como Oman, Batavia, Manilha e Cantun), e transformando em um "território econômico" sem responsabilidade administrativa, caracterizando como seu primeiro passo "largo" para se tornar uma superpotência (FIORI, 2015). Contudo, mesmo somando várias conquistas, os Estados Unidos até a sua Guerra Civil continuou sendo, fundamentalmente, um país exportador de matérias-primas.

No final do século 19 e no início do século 20, dando segmento as suas conquistas, os Estados Unidos intensificaram sua política colonialista e expansionista conquistando Cuba, Guam, Porto Rico e Filipinas por meio do Tratado de Paris em 1898, no qual venceu a Guerra Hispano-Americana. Ainda interviu no "[...] Haiti em 1902, no Panamá em 1903, na República Dominicana em 1905, em Cuba, novamente, em 1906 e, de novo, no Haiti em 1912" (FIORI, 2015, p. 11). Ao mesmo tempo que

---

onde você pode ver os aspectos religiosa, políticos e econômicos, misturados com um pragmatismo e argumentos realistas e idealistas. Uma estranha mistura que funcionou de maneira excelente para guiar tomadas de decisão e dar continuidade na construção de um estado bem-sucedido centralmente".

consubstanciou a Doutrina Monroe impedindo as intervenções da Inglaterra e Alemanha na Venezuela em 1985.

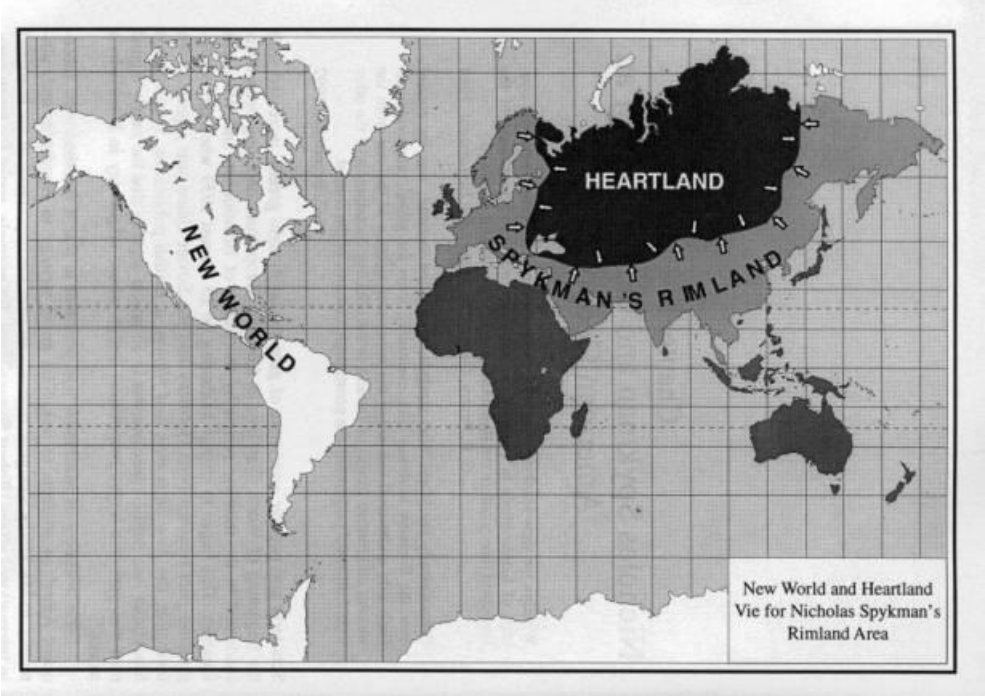
4.3. A Geopolítica Estadunidense e as Premissas de Mackinder, Spykman e Mahan

Em alguns momentos a história da política externa dos Estados Unidos foi influenciada por correntes teóricas de autores geopolíticos que contribuíram para a construção da hegemonia norte-americana. Sendo assim, esta parte do trabalho apresentará o intento de discorrer sobre os dois principais autores que influenciaram na geopolítica estadunidense.

Os dois principais autores que influíram sobre a geopolítica do país, foram os estrategistas Nicholas John Spykman (1893-1943) e o capitão Alfred Thayer Mahan (1840-1914). As premissas intervencionistas de Spkyman em conjunto com as premissas marítimas de Mahan resultaram, principalmente, na instauração de bases navais em Áreas Insulares (SANTOS, 2012). Spykman afirmava a importância da interferência na Europa quanto na Ásia, e em especial na região que chamou de *Rimland*, que se localiza na orla do *Heartland* de Mackinder. Este *heartland* abrange "[...] o Cazaquistão, Armênia, Azerbaijão, Quirguistão, Tadjiquistão, Turcomenistão, Usbequistão, Sibéria Ocidental e parte setentrional do Paquistão, e é circundado pelo Afeganistão, Rússia, China, Índia e Irã (BANDEIRA, 2009). Mahan, por sua vez, defendeu que os Estados Unidos deveriam focar-se em ampliar a sua força Marinha para corroborar com sua política hegemônica. Deste modo, o governo estadunidense deveria instalar bases navais no Caribe e no Pacífico com o intuito de auxiliar na expansão no continente asiático. Os Estados Unidos conseguiram a partir desse pensamento alguns avanços importantes:

> *[…] uma imediata expansão da marinha de guerra dos Estados Unidos que chegou a estar entre as três maiores marinhas do mundo, no começo da I Guerra Mundial, em 1914. Mas além disto, foram estas mesmas que orientaram a decisão de anexar o Hawaii aos Estados Unidos, em 1897, e sobretudo, a decisão de iniciar a Guerra Hispano-Americana, de 1898, que resultou na conquista de Cuba e das Filipinas.* (FIORI, 2015, p. 11)

Figura 4: *Heartland* de Mackinder e *Rimland* de Spykman



Fonte: <http://www.oldenburger.us/gary/docs/TheColdWar.htm>. Acesso em 30 de novembro de 2017.

Consequentemente, as estratégias geopolíticas do século 20 dos Estados Unidos resumiram-se na instalação de bases navais com a finalidade de sustentar a expansão da sua hegemonia (como na Ilha de Guam) e afrontar qualquer investida dos países europeus na América (neste caso, a intervenção em Porto Rico).

Da mesma forma que no século 20, os Estados Unidos continuaram com sua política de bases navais presentes em todo o mundo também no século atual, esta continuação pode ser observada com a criação do Escritório de Relações Insulares dos EUA, em 4 de agosto de 1995, no qual tinha como função redefinir as suas relações com as áreas insulares (SANTOS, 2012). Todavia é importante destacar que com o findar da Guerra Fria e sem a ameaça da União Soviética, os Estados Unidos passaram a conceber outras finalidades para a manutenção de suas intervenções,

como no caso de Guam, que serviu para controlar a expansão da China e do Japão na Ásia, ambos com potencial para ameaçar a hegemonia estadunidense.

Outra evidência que tais teorias geopolíticas teve (e ainda possuem) grande valor para as ações estadunidense, foi durante o governo de James Earl Carter (1977-1981), no qual,

> *"[...] Zbigniew Brzezinski, seu assessor de Segurança Nacional, tratou de orientar a política externa, dentro dos mesmos parâmetros de Mackinder. Ele considerava que, naquele contexto da Guerra Fria, a forma como os Estados manejavam a Eurásia era crítica e enfatizou a doutrina segundo a qual o Estado que dominasse este vasto continente, que constituía um eixo geopolítico, controlaria duas das três mais regiões econômicas mais produtivas e avançadas do mundo, subordinaria África e tornaria o hemisfério ocidental e a Oceania geopoliticamente periféricos (BANDEIRA, 2009, p. 11)".*

Neste caso, e em especial, as estratégias militares para garantir a hegemonia dos Estados Unidos tinham como finalidade ofuscar Moscou, de modo que os russos estavam em grande expansão na época, e da mesma forma que Mackinder alegava, Zbigniew Brzezinski considerava que quem controlasse esta região dotaria de grandes recursos e vantagens (para exemplificar duas: ali "viviam 75% da população mundial e estavam depositadas 3/4 das fontes de energia conhecidas em todo o mundo (BANDEIRA,2009, p. 11)", que sustentariam o Estado mandatário como líder mundial.

Ainda, a invasão norte-americana no Iraque é outra evidência de que os Estados Unidos no século XXI ainda atenta-se à formação de um bloco de poder entre os países eurasianos com a finalidade de aponderarem-se da região do *Heartland* (HARVEY, 2004). Isto é, as investidas estadunidenses no Iraque não resumiram-se somente ao objetivo de dominar a área mais importante no que tange como reserva petrolífera, como também serviu aos interesses norte-americanos de mitigar qualquer coalizão dos países na região (HARVEY, 2004).

4.4. A Geopolítica dos Estados Unidos no Século 20 ou o "Século Americano"

Como já foi salientado no trabalho, o século 20 para os norte-americanos consistiu em um período fundamental para o país, posto que, alcançaram a

consolidação do seu poder e da sua hegemonia a partir das duas Guerras Mundiais ocorridas no século. Apesar de que, desde o findar da Guerra de Secessão e o estabelecimento do país como a maior potência industrial e econômica, os norte-americanos já carregavam o sentimento de que os Estados Unidos deveriam ocupar uma posição mais "grandiosa" dentre os países (TEIXEIRA, 1999). Contudo, este sentimento pertencia somente a uma parcela de grupos dominantes, sendo os esforços imperialistas dos Estados Unidos pouco efetivos anterior à Primeira Guerra Mundial (TEIXEIRA, 1999).

Com o início da guerra em 1914, os Estados Unidos de Woodrow Wilson manteve a sua tradicional posição de neutralidade diante dos conflitos que ocorriam no espaço europeu, sustentando somente relações comerciais com os países envolvidos. Esta postura neutra se alterou com o afundamento de navios norte-americanos pelos alemães, que adotaram a ação extremada de atacar qualquer embarcação que fosse encontrada no norte do Pacífico (TEIXEIRA, 1999). Deste modo, Wilson viu-se obrigado à abandonar sua posição de neutralidade diante dos ataques alemães que acabaram resultando na morte de cidadãos norte-americanos (TEIXEIRA, 1999). Com o apoio estadunidense e a vitória dos Aliados, o fim da Primeira Guerra Mundial ainda não teria estabelecido a hegemonia dos Estados Unidos no campo político, contudo, auxiliou ao presidente norte-americano ter um papel destacado nas negociações posteriores à guerra, e ainda permitiu-o a proclamar a criação da Ligas das Nações Unidas em 1919[23].

Embora os Estados Unidos alterassem brevemente a sua postura introvertida em relação aos assuntos europeus durante o período beligerante, esta postura não se alterou definitivamente, retornando ao isolacionismo em seu continente com a guerra resolvida e a vitória dos republicanos (TEIXEIRA, 1999). Desta forma, é somente na Segunda Guerra Mundial com o presidente Franklin Roosevelt, que os Estados Unidos abandonam a sua postura "tímida" e passam a adotar medidas intervencionistas. Mais uma vez, como ocorreu na guerra anterior, é somente com a entrada dos Estados Unidos que a guerra foi solucionada, de modo que foram com as investidas estadunidenses que foi possível combater a expansão do Nazismo durante

[23] https://www.infoescola.com/historia/liga-das-nacoes/. Acesso em 21 de dezembro de 2017.

a guerra. Mas diferente da Primeira Guerra, os Estados Unidos neste segundo período belicoso possuíam capacidade militar e econômica para estabelecer um ordenamento mundial pós-guerra, fato observado com a instauração do Plano Marshall em 1947, cujo consistiu em grande suporte financeiro norte-americano para a Europa Ocidental, e com o Acordo de Bretton Woods, que tinha a finalidade de institucionalizar e regular melhor as leis do comércio mundial, mas que por outro lado serviu também para concretizar ainda mais a hegemonia e influência dos Estados Unidos.

Mas não tardou a ocorrer a primeira crise econômica no sistema Bretton Woods, no final da década de 60 as reservas não acompanharam o surto de investimento direto e o comércio, criando a desconfiança no dólar e na liderança norte-americana na regulação da economia mundial, o que resultou no desmantelamento do sistema (TEIXEIRA, 1999). Além disto, a hegemonia dos Estados Unidos estava sendo ameaçada em outros dois aspectos: a produção industrial não apresentava mais a mesma “euforia” como nas décadas anteriores, e também no âmbito militar com a derrota na Guerra do Vietnã (1959 à 1975);(TEIXEIRA, 1999). E é somente na década de 80 que o país apresentou uma recuperação econômica a partir de ajustes fiscais e a habilidade de renovação do dólar (TEIXEIRA, 1999). Concomitante à tudo isto, também decorria o período da Guerra Fria, momento em que, com o fim da Segunda Guerra Mundial e a Alemanha contida, os Estados Unidos passaram a se atentar à influência expansiva do comunismo da União Soviética. O conflito não envolveu o uso direto do aparato belicoso, justamente pelo fato das duas grandes potências estarem receosas com as perdas humanas, econômicas e físicas de uma possível guerra nuclear, desta forma, os conflitos transferiu-se para os países periféricos, como na Guerra do Vietnã e na Guerra do Afeganistão (que teve início em 1979 e perdura até os dias atuais). O findar da guerra ocorre pela perda de poder da União Soviética decorrente da desaceleração da sua economia, e que no final da década de 80, a derrota soviética é muito bem observada na queda do Muro de Berlim e na dissolução do seu Estado.

Outra questão que é importante no que tange aos meios geopolíticos elencados a partir deste século, é como os Estados Unidos utilizam-se de instituições internacionais para prevalecer os seus princípios e reforçar sua hegemonia. Existe vários exemplos que podem elucidar tal procedimento norte-americano, todavia

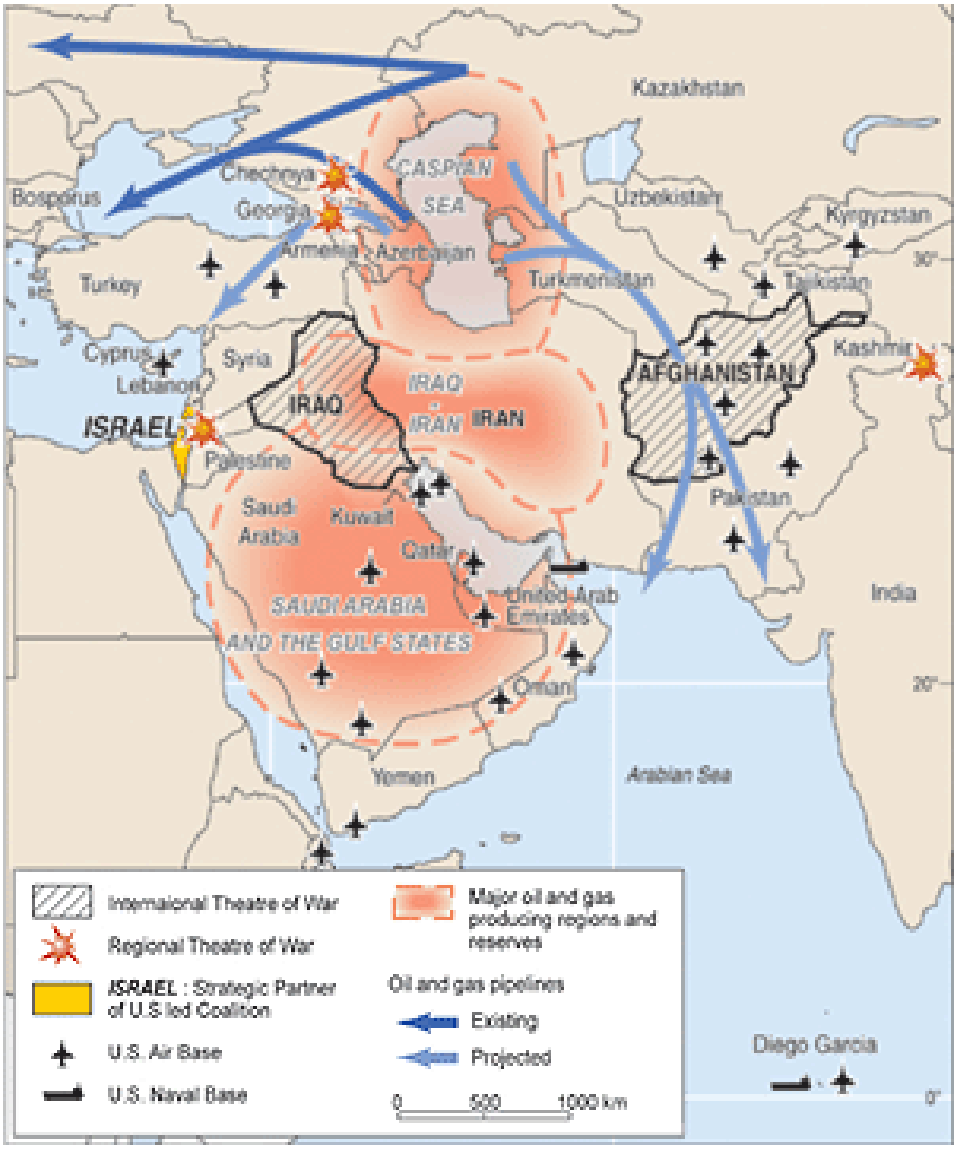
destacam-se o Fundo Monetário Internacional (FMI), no qual possui como objetivo primordial de “[...] assegurar a estabilidade do sistema monetário internacional - o sistema de taxas de câmbio e pagamentos internacionais que permite aos países (e seus cidadãos) transacionarem uns com os outros”[24] (tradução nossa). Contudo, os Estados Unidos utilizam-se desta instituição para garantir a constituição do liberalismo, sobretudo lesando economias em países ditos pelos norte-americanos como regimes autoritários ou até mesmos governos eleitos democraticamente, mas que não estejam conforme a ordem econômica vigente (HARVEY, 2004). Outro exemplo digno à ser destacado, foi o emprego da Organização das Nações Unidas (ONU) como forma de mitigar a influência e expansão do comunismo no período da Guerra Fria, sobretudo ao estabelecer como direito universal o direito à propriedade privada. Como também a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), que além de servir também para atenuar a influência soviética, os norte-americanos atribuiu objetivo ao tratado “afim de limitar a possibilidade de guerras intercapitalistas e combater a influência [...] mais tarde, da China.” (HARVEY, 2004, p. 51) Estes meios são escolhidos pelos Estados Unidos tendo em vista que é somente através deles que os norte-americanos conseguem atingir seus objetivos sem a utilização da “força”, pois, uma vez que este tipo de conduta seria condenada por outras potências mundiais, colocando em risco a hegemonia estadunidense, no qual está assentada no consentimento destas potências (HARVEY, 2004).

É no final do século em questão, que os Estados Unidos, tendo em vista a eliminação da expansão soviética, começam a retratar o terrorismo e Estados que julguem patrocinadores do islamismo radical como novo principal foco geopolítica. Este novo “inimigo” é sustentado, sobretudo, pela busca de novas fontes de energia, pois é na região do Oriente Médio onde se encontra grande parcela das reservas naturais de combustíveis não-renováveis. Isto é, a ideia propagada de que estes Estados seriam violento e uma ameaça à paz internacional pelos norte-americanos não teve somente o intento literal, mas permitiu uma “aceitação” internacional dos ataques dos Estados Unidos contra países desta região.

[24] https://www.imf.org/en/About. Acesso em 19 de novembro de 2018.

O “perigo verde”, identificado com o fundamentalismo islâmico, começou a substituir o “perigo vermelho”, representado pela União Soviética, e o “terrorismo internacional” passou a ocupar relevante espaço na agenda internacional dos Estados Unidos. Em 1984, porém, Reagan tomou como principal alvo, não mais as organizações responsáveis pelos atentados, mas alguns Estados, no Terceiro Mundo, os quais classificou como “rogue states” (estados irresponsáveis, indisciplinados) e acusou de patrocinar o terrorismo (state-sponsored terrorismo) (BANDEIRA, 2009, p. 13).

Figura 5: O Teatro de Guerra no Oriente Médio



Fonte: BANDEIRA, 2009, p. 21

Isto foi escorado ainda mais pelo acontecimento de 11 de setembro de 2011, o ataque as torres gêmeas em Nova York, que serviu como retórica para as investidas no Oriente Médio, contudo, como já foi exposto, o essencial fator que impulsionou a busca da hegemonia no local pelos Estados Unidos foi as jazidas de petróleo e gás, tendo em vista do esgotamentos destas no país (BANDEIRA, 2009). Neste caso, é possível citar a Guerra do Afeganistão e a Guerra do Iraque como dois exemplos de estratégias que os norte-americanos foram dispostos a realizar para atingir seus objetivos geopolíticos (BANDEIRA, 2009).

Por fim, após analisar o século 20 para os Estados Unidos, é possível compreender o porquê de ser denominado como o “Século Americano”, de modo que é neste século que o país assumiu a liderança das Relações Internacionais. Apesar do “abalo” na hegemonia dos Estados Unidos nas décadas de 60 e 70, o país conseguiu sustentar o seu posto hegemônico até o final do século, conquistado principalmente através de uma guerra interna civil e de duas Grandes Guerras Mundiais.

4.5. A Geopolítica dos Estados Unidos no Século 21

Os Estados Unidos entram no século 21 apresentando um decremento do seu poder no contexto mundial e com a sua hegemonia sendo questionada em razão das suas derrotas no campo militar, como na Guerra do Iraque e na Guerra do Golfo, como também é possível apontar a dificuldade de sustentar um sistema econômico mundial, o que acabou culminando na crise de 2008. Os próprios *slogans* propagados pelos pré-candidatos às eleições primárias de 2016 para o cargo presidencial ansiavam na reação dos Estados Unidos com a sua perda de hegemonia, como o *Make America Great Again* de Trump, ou *A New American Century* de Marco Rubio (ALVES; THUDIUM, 2017). Soma-se a estes acontecimentos com o fato de que o engajamento à ideologia neoliberal pelos outros países perdeu um pouco do seu valor com o declínio da ideologia antagônica da ex-U.R.S.S. (VIEIRA, 2010-2011).

Harvey (2004) aponta que o fator principal para este arrefecimento da hegemonia estadunidense na virada do século é o “[...] emprego desequilibrado do capital financeiro como meio de afirmar a hegemonia.” (p. 65). Pois, a capacidade de absorção do capital por seus mercados consumidores, e em especial, o leste asiático, não é ilimitado. Aqui entra, talvez, uma questão assaz basilar como norteadora das novas estratégias geopolíticas de Trump, tendo em vista que Arrighi (apud HARVEY, 2004) assinala que o fim dos impérios sempre estiveram relacionados com a financeirização sem precedentes do Estado líder. Embora, as alegações feitas aqui são somente em teor hipotético, a decisão de Trump de mitigar a financeirização do sistema pode ser explicado com base nos pressupostos de Arrighi. Isto é, o protecionismo elencado e a recusa do governo atual em disponibilizar montantes para

sustentar acordos multilaterais podem ser frutos deste prelúdio apontado por Arrighi. O governo Trump seguindo ou não as ideias de Arrighi ou David Harvey, algumas posturas da atual gestão está em consonância com as análises dos dois autores.

Para mais, é possível observar no início do século também movimentos "antiglobalização" e aversão ao complexo Wall Street-Tesouro-FMI, isto é, a ordem atual vigente, principalmente países do continente asiático e da América Latina, no qual nomearam tal postura com a finalidade de salvaguarda-se do capitalismo predatório (HARVEY, 2004). Estes fatos conjuntamente colocam em questão se atualmente estamos na fase de declínio de um *hegemon*, isto soma-se a eminente ascensão chinesa, que é tida como o principal país para substituir o posto hegemônico dos Estados Unidos. Contudo, as alegações são feitas somente em tese, sendo necessário mais ocorrências e análises para evidenciar em que fase encontra-se o cenário atual.

O país inaugura o século com um ano restante do mandato de Bill Clinton, que regiu suas decisões a partir de ideais democratas e neoliberais. Um fruto bem expressivo do seu governo foi a criação do Tratado de Livre Comércio Norte-americano – NAFTA. Após o breve governo de Clinton no século 21, George W. Bush tomou a posse do cargo presidencial governando o país em dois mandatos (2001-2009), e, inicialmente adotou uma postura ao contrária de Clinton, alinhado ao Partido Republicano, revigorou medidas isolacionistas e conservadoras. Contudo, o ataque do grupo extremista Al-Qaeda as Torres Gêmeas em Nova York no 11 de setembro de 2001, mudou a postura isolacionista de Bush, no qual passou a intervir vigorosamente nos países que ameaçavam sua segurança e afirmando a sua política contra o terrorismo. Sucessor de Bush e predecessor de Trump, Barack Obama mudou mais uma vez a postura geopolítica dos Estados Unidos, em seu governo o que foi decretado seriam medidas mais diplomáticas, multilateralistas e menos hediondas em relação à Bush, embora os Estados Unidos continuassem com intervenções militares em vários países e no combate à regimes que julgavam ameaçadores à democracia liberal.

Santos (2012) ainda assinala que a Guerra do Iraque e a reativação da IV Frota são consequências de novas orientação geopolíticas dos Estados Unidos neste século, que consiste na busca de fontes de energia, como o petróleo, e mercados

consumidores na Ásia. Orientações que também se fazem presentes nas outras potências mundiais, transformando essa busca em uma “corrida” disputada pelos países.

5. A GEOPOLÍTICA DOS ESTADOS UNIDOS NA "ERA TRUMP"

Com o seu típico comportamento midiático, Trump sempre deixou claro as suas intenções para a política externa. Trump faz parte dos defensores neoconservadores que acreditam que os Estados Unidos demandam esforço e investimentos excessivos para custearem os sistemas políticos e econômicos mundiais, financiando recursos para aliados que não retribuem e prejudicando o desenvolvimento do balanço da economia norte-americana (ALVES; THUDIUM, 2017). Deste modo, Trump deverá guiar o seu governo até o fim do seu mandato com a retomada da ideologia nacionalista e não deixando ser, ao mesmo tempo, xenófoba, além de apresentar um semblante isolacionista com o seu slogan *America First*, apesar de que este último aspecto seja discutível, pois Trump, por meio já de algumas ações, denotou que interferirá nas Relações Internacionais quando este considerar necessário para prevalecer os interesses do país (ALVES; THUDIUM, 2017). Contudo, as suas intenções nem sempre estiveram de acordo com toda ala republicana, pelo contrário, vários políticos republicanos fizeram duras críticas ao presidente, como Ted Cruz e Mitt Romney, ex-candidato à presidência (ALVES; THUDIUM, 2017). Seguindo no mesmo raciocínio dos neoconservadores isolacionistas, de que o posto de "policial" do mundo demanda custos onerosos para os Estados Unidos, Trump também externaliza os fatores da desaceleração da economia norte-americana ao afirmar que a grande população imigrante presente no país desencadeia variáveis que prejudicam a vida dos "norte-americanos". No discurso de abertura do seu mandato, Trump afirmou:

> *For many decades, we've enriched foreign industry at the expense of American industry; subsidized the armies of other countries while allowing for the very sad depletion of our military; we've defended other nations' borders while refusing to defend our own; and spent trillions and trillions of dollars overseas while America's infrastructure has fallen into disrepair and decay.*[25][26] (G1, 2017)

[25] Vide discurso completo em Anexos.

[26] Tradução: "Por muitas décadas enriquecemos a indústria estrangeira às custas da indústria americana; subsidiamos os exércitos de outros países enquanto permitíamos ao muito triste

Como já foi apontado, outra questão que Trump alegou em suas afirmações no curso da eleição presidencial foi o eminente enfoque que atribuiu em atingir o eleitorado da classe média, revogando medidas como a diminuição do desemprego, combate à violência e o tráfico de drogas (ALVES; THUDIUM, 2017). Nas palavras de Trump, durante seu discurso de posse:

> *At the center of this movement is a crucial conviction: that a nation exists to serve its citizens. Americans want great schools for their children, safe neighborhoods for their families, and good jobs for themselves. […] But for too many of our citizens, a different reality exists: mothers and children trapped in poverty in our inner cities; rusted-out factories scattered like tombstones across the landscape of our nation; an education system, flush with cash, but which leaves our young and beautiful students deprived of all knowledge; and the crime and the gangs and the drugs that have stolen too many lives and robbed our country of so much unrealized potential.*[27] (G1, 2017)

Tal enfoque dado por Trump encaixou-se perfeitamente, uma vez que esta porção da população sentia-se "abandonada e esquecida" pela política norte-americana tradicional.

Apesar que brevemente, Trump também retrata que os Estados Unidos dará maior atenção ao combate ao terrorismo, principalmente aqueles que o governo considera como radicais islâmicos: "We will reinforce old alliances and form new ones

---

esgotamento de nosso poder militar; nós defendemos as fronteiras de outros países enquanto nos recusamos a defender as nossas próprias; e gastamos trilhões e trilhões de dólares além mar, enquanto a infraestrutura dos Estados Unidos caiu em degradação e deterioração."

[27] Tradução: "No centro desse movimento se encontra uma convicção crucial, a de que a nação existe para servir seus cidadãos. Os americanos querem boas escolas para seus filhos, bairros seguros para suas famílias, bons empregos para si mesmos. […] Mas para um número grande demais de nossos cidadãos, existe uma realidade muito diferente: mães e crianças presas na pobreza em bairros de nossas cidades; fábricas fechadas e enferrujadas espalhadas como túmulos por todo nosso país. Um sistema educacional cheio de dinheiro, mas que deixa nossos jovens e belos estudantes desprovidos de conhecimento. E o crime as gangues e as drogas que roubaram tantas vidas e roubaram tanto potencial não realizado de nosso país."

– and unite the civilized world against Radical Islamic Terrorism, which we will eradicate completely from the face of the Earth."[28] (G1, 2017)

Logo no início do seu mandato e com as nomeações dos responsáveis pelos setores de política externa, segurança e defesa, Trump indiciou mais vestígios de como será a sua doutrina para o país. Alves e Thudium (2017) nos apresenta alguns dos principais políticos nomeados pelo presidente:

> *Como forma de reforçar ainda mais o elo com as forças armadas, nomeou o general aposentado linha-dura do Corpo de Fuzileiros Navais dos EUA, Jim Mattis, como Secretário de Defesa, bem como o ex-militar e deputado republicano membro do Tea Party, Mike Pompeo, para chefiar a CIA. Para o principal cargo de política externa, Trump escolheu Rex Tillerson, empresário e diretor executivo da multinacional americana de petróleo e gás, ExxonMobil.* (p. 11)

As referidas nomeações reforçam o discurso de Trump nas questões de que seu governo será conduzido a partir de ideias conservadoras e estimulando "discursos de ódio", ao mesmo tempo que Trump não será diplomático como Barack Obama, não abstecendo-se do uso da força para validar os interesses norte-americanos. Ainda é possível deduzir que com a nomeação de Rex Tillerson, Trump se aproximará, de fato, de Vladmir Putin, atual presidente da Rússia, posto que poderá ser vantajoso para a economia petrolífera do país ter relações mais diplomática com o segundo maior país produtor de petróleo, e uma vez que as diretrizes da geopolítica dos Estados Unidos será comandada por um empresário bastante envolvido com a economia petrolífera.

É necessário tecer uma atualização sobre o caso acima, em 13 de março de 2018, Trump demitiu Rex do cargo de Secretário de Estado, renomeando Mike Pompeo, ex-diretor da *Central Intelligence Agency* (CIA). Trump alega que Rex estava tomando posturas que o incomodavam, simultâneo às críticas de Rex às medidas externas que Trump estava adotando, dentre elas, não agradou a Trump que Rex aconselhasse à tentar diálogos para melhorar a relação do país com a Coréia do Norte,

[28] "Nós vamos reforçar alianças antigas e formar novas - e unir o mundo civilizado contra o terrorismo radical islâmico, que vamos erradicar completamente da face da Terra."

como também, a crítica direta de Rex à Trump quando afirma que Trump não entende de conceitos básicos de política externa[29][30].

5.1. O Primeiro Ano do Governo de Trump

Apesar da postura sempre inflexível e do discurso austero, Donald Trump em seu ano inaugural (20 de janeiro de 2017 – 20 de janeiro de 2018) na presidência não conquistou a concretização da maioria das suas medidas revigoradas durante a sua campanha, isto se deve à falta de apoio do Congresso (boa parte dos políticos que não apoiaram as reinvidicações de Trump faziam parte da ala republicana) e também de impasses judiciais (MELLO, 2017). Um marco desta falta de coesão no Senado e no Congresso com o presidente, foi a decorrência de uma paralisação nos serviços públicos por conta da indisponibilidade de recursos, o que aconteceu exatamente no dia 20 de janeiro de 2017, data que Trump completou um ano de governo[31].

O muro que seria levantado na fronteira dos Estados Unidos com o México que Trump prometeu, teve pouco avanço por falta da liberação de verba para a construção por parte do Congresso (MELLO, 2017), ficando estagnado na fase de planejamento apenas. As tentativas de acabar com sistema de saúde Obamacare, que permiti que parte vulnerável da sociedade norte-americana consiga o acesso a tratamentos de doenças e serviços básicos de saúde, também não vingaram-se, e de novo por ausência de apoio no congresso à Trump[32]. As medidas catalisadoras do veto anti-imigração de Trump tiveram várias versões antes de serem decretadas, contudo, ainda sofrem contestações (MELLO, 2017).

Considerada a maior vitória no primeiro ano de governo de Trump por diversos autores, a reforma tributária aprovada pelo senado em dezembro de 2017 foi o maior

---

[29] https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/13/internacional/1520944995_705367.html. Acesso em 15 de novembro de 2018.
[30] https://www.bbc.com/portuguese/internacional-43389634. Acesso em 15 de novembro de 2018.
[31] https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2018/01/20/trump-completa-1-ano-na-casa-branca-com-paralisacao-no-governo-e-derrota-politica.htm. Acesso em 29 de janeiro de 2018.
[32] http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2017/10/1926685-trump-assina-decreto-que-enfraquece-sistema-de-saude-criado-por-obama.shtml. Acesso em 15 de janeiro de 2018.

corte de impostos pelo governo das últimas três décadas. A reforma foi bastante criticada pelos opositores, principalmente por causa de que os cortes beneficiariam quase que somente as grandes empresas e muito pouco a população de classes médias e baixas[33]. Segundo Stokes (2018): “Nearly half — 47 per cent—of his proposed US$6.2 trillion in tax cuts will be enjoyed by the top 1 per cent of earners, amounting to additional income of almost US$3 trillion over a ten-year period.”[34] (p. 149)

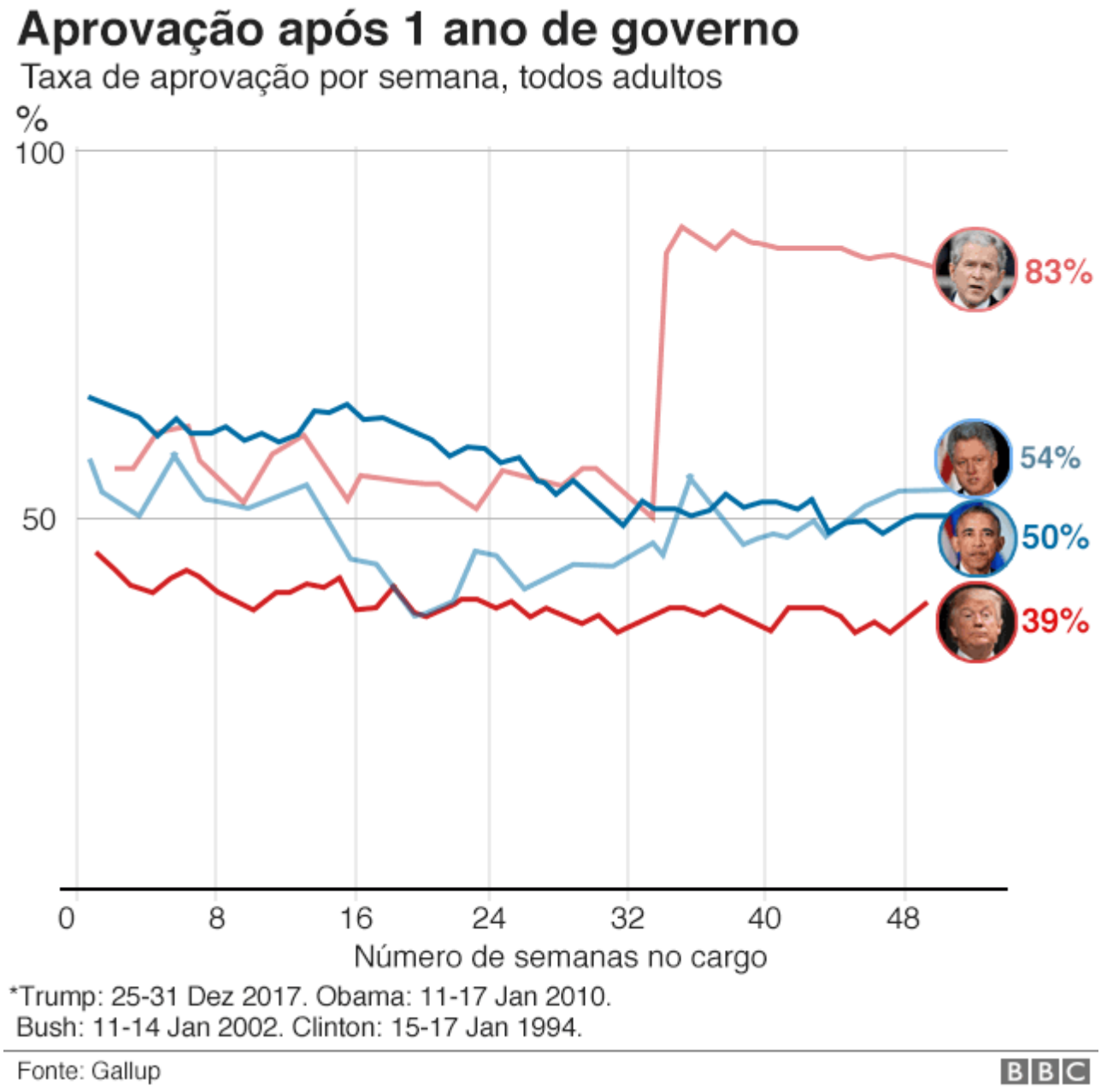
Decorrido um ano de presidência no dia 20 de janeiro de 2017, Trump apresentou a menor taxa de aprovação no primeiro ano de mandato entre todos os presidentes eleitos, com média de 39% de aprovação[35]. No Gráfico 2 é apresentado justamente esta realidade de desaprovação da população com o primeiro ano de governo de Trump:

[33] https://www.terra.com.br/noticias/senado-americano-aprova-reforma-tributaria-de-trump,fb766e12ab747d0f1c6a891a36e2106exur63sq6.html. Acesso em 18 de janeiro de 2018.

34 Tradução: “Aproximadamente metade – 47% - de seu proposto corte de impostos de US $ 6,2 trilhões será desfrutado pelos 1% dos principais contribuintes, totalizando uma renda adicional de quase US $ 3 trilhões em um período de dez anos.”

[35] http://www.bbc.com/portuguese/internacional-42730926. Acesso em 28 de janeiro de 2018.

Gráfico 2 – Aprovação do Primeiro Ano de Governo de Donald Trump em Comparação com Seus Três Últimos Antecessores



Fonte: BBC (2018). Disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/internacional-42730926. Acesso em 28 de janeiro de 2018.

Desta forma, Trump dá início a sua presidência com baixa popularidade, e no qual ainda encontra-se em leve declínio como é possível observar no Gráfico 2. Segundo a publicação da BBC (2018), responsável pela publicação do gráfico acima,

Trump vêm perdendo seguidores da sua principal categoria de eleitores que são homens brancos sem diploma e a população da zona rural. Tal resultado de aprovação do atual governo não é inesperado, uma vez que Trump foi eleito com uma contagem total de votos menor do que a sua adversária Hillary Clinton.

Esta conjuntura de desaprovação com o governo permitiu até o surgimento de asseverações de início ao um processo “impeachment” contra o presidente Trump, que segundo “uma pesquisa da empresa *Public Policy Polling* aponta que 48% dos estadunidenses são a favor do impedimento do presidente, contra 41% que são contra” (FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2017, p. 8). Contudo, a concretização de um possível “impeachment” parece estar distante uma vez que o Congresso e o Senado norte-americanos são constituídos em sua maioria por políticos do Partido Republicano e ao mesmo passo que ainda não existe algum fato plausível para dar início a este processo.

5.2. Política Externa

No seu primeiro ano como presidente, Trump realizou algumas mudanças na política externa dos Estados Unidos como havia discursado, consistindo-se mais a uma série de afastamentos dos Estados Unidos do multilateralismo e acordos importantes para a diplomacia. Logo no começo do seu mandato, exatamente dentre os seus três primeiros dias de governo, Trump já endureceu a sua premissa protecionista ao retirar os Estados Unidos do Acordo Transpacífico de Cooperação Econômica (TPP, na sigla em inglês). O Acordo foi feito em 2015 entre Japão, Austrália, Canadá, México, Peru, Chile, Malásia, Vietnã, Nova Zelândia, Cingapura, Brunei e Estados Unidos, nações localizadas na região do Pacífico. A parceria tinha a finalidade, principalmente, de facilitar e fomentar o comércio dentre os países envolvidos dando subsídios ao livre comércio, e, particularmente para os Estados Unidos, permitiu tornar a influência do país mais eminente na Ásia. Contudo, Trump defendeu que o acordo prejudicava os empregos e a indústria nacional: “Devemos proteger nossas fronteiras

dos estragos causados por outros países que fabricam os nossos produtos, roubam nossas empresas e destroem nossos postos de trabalho”[36].

Outra parceria que foi alvo de críticas do novo presidente foi a Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), no qual Trump alega que os países envolvidos não “patrocinam” a manutenção e operação da organização tanto quanto os Estados Unidos, e que todos os membros deveriam destinar ao menos 2% do Produto Interno Bruto (PIB) para a defesa como está previsto no acordo, e desta forma, auxiliando no combate ao terrorismo[37]. Trump também retirou o país do acordo climático de Paris firmado em 2015 dentre vários países, o presidente reiterou que o acordo prejudica o país limitando a produção de alguns setores da economia estadunidense. Entretanto, recentemente, o presidente afirmou que é possível a ocorrência de um retorno norte-americano ao acordo[38]. Em outubro de 2017, os Estados Unidos retiraram-se da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) por acreditarem que tal organização apresenta uma política adversa aos israelenses em razão das decisões da Unesco em que removem a soberania de Israel sobre a capital Jerusalém e outros locais sagrados[39]. Posteriormente, os Estados Unidos também abandonaram o pacto de imigração da ONU, no qual eles mesmos foram precursores, alegando que o pacto é incompatível com a nova política externa do país[40]. Os Estados Unidos de Trump também ameaçaram a abandonarem o acordo nuclear do Irã[41], no qual tal acordo representou um progresso relevante para reprimir

---

[36] http://www.bbc.com/portuguese/internacional-38729570. Acesso em 16 de janeiro de 2018.

[37] https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2017/05/25/diante-de-lideres-trump-cobra-paises-da-otan-por-nao-pagarem-o-que-devem.htm. Acesso em 24 de janeiro de 2018.

[38] http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/mundo/2018/01/10/interna_mundo,652618/trump-diz-que-os-eua-podem-retornar-ao-acordo-de-paris-sobre-o-clima.shtml. Acesso em 16 de janeiro de 2018.

[39] https://www.terra.com.br/noticias/educacao/eua-anunciam-que-irao-deixar-unesco-em-dezembro,0b28bbe502d8df957e01ccd416e3daa2hlnl75s8.html. Acesso em 18 janeiro de 2018.

[40] https://www.terra.com.br/noticias/trump-retira-eua-de-pacto-da-onu-sobre-migracao,c5ad7d9b0d405d05fd3c46d1bc5c17d49knxnvrd.html. Acesso em 18 janeiro de 2018.

[41] https://www.terra.com.br/noticias/mundo/trump-da-ultimato-sobre-acordo-nuclear-com-o-ira,4a2c9687973087185d90754b7dddfff4hx6vhpsm.html. Acesso em 19 de janeiro de 2018.

maiores investidas no aparato nuclear belicoso e culminar em uma possível guerra com enormes perdas humanas e físicas. Evidentemente é importante fazer o adendo de atualizar a situação, em 8 de maio de 2018, Trump concretizou a saída do Acordo Nuclear com o Irã[42], alegando que o Irã descumpriu certos requisitos propostos no tratado. Isto denota um retrocesso no multilateralismo nas Relações Internacionais, como também pode significar uma regressão também no que tange ao impedimento do desenvolvimento da tecnologia nuclear, o que tem a possibilidade também de implicar em uma maior instabilidade e periculosidade nos conflitos futuramente.

Trump também mostrou que não se isentará de utilizar o aparato belicoso para prevalecer a vontade dos Estados Unidos, fato bem observado em três ataques norte-americanos contra a Síria e o Afeganistão (FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2017). O primeiro ataque foi o lançamento da superbomba MOAB GBU-43 contra, supostamente, militantes do Estado Islâmico no Afeganistão, matando mais de 30 membros do grupo[43] (FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2017). Os outros dois ataques ocorreram no território da Síria, no qual foi bombardeada com vários mísseis no dia 6 de abril de 2017 pelos Estados Unidos, que justificaram o ataque alegando que estavam combatendo o uso de armas químicas por rebeldes sírios. Em outubro do mesmo ano, os Estados Unidos voltaram a consternar a Síria com o arranjo de novos bombardeios na cidade de Raqqa, onde localiza-se os últimos combatentes do Estado Islâmico[44][45]. À vista disso, é possível aferir que, simultaneamente a postura reclusa adotada por Trump em relação aos assuntos de uma comunidade internacional, o presidente desvelou que intervirá combativamente em outros países conforme a necessidade dos Estados Unidos.

---

[42] https://g1.globo.com/mundo/noticia/trump-anuncia-retirada-dos-eua-de-acordo-nuclear-com-o-ira.ghtml. Acesso em 25 de outubro de 2018.

[43] https://brasil.elpais.com/brasil/2017/04/14/internacional/1492159061_306616.html. Acesso em 3 de fevereiro de 2018.

[44] https://odia.ig.com.br/_conteudo/mundoeciencia/2017-10-03/bombardeio-de-coalizao-liderada-pelos-eua-mata-18-civis-na-siria.html. Acesso em 3 de fevereiro de 2018.

[45] https://www.terra.com.br/noticias/mundo/russia-acusa-coalizao-dos-eua-de-lancar-bombardeios-barbaros-na-siria,0a8927b3404b6f3fe685af57ee1174aft7z8g19x.html. Acesso em 3 de fevereiro de 2018.

É importante destacar também o texto base para segurança nacional (NSS) que Trump apresentou em dezembro de 2017, uma vez que este texto condiciona algumas estratégias geopolíticas do país. Segundo Agência France-Presse (2017), o documento de 68 páginas foi assentado em quatro pilares: “proteger o povo, o território e o modo de vida americano; promover a prosperidade; preservar a paz mediante a força e impulsionar a influência dos Estados Unidos”. Tal documento ainda foi escrito baseado na premissa *America First* criado pelo presidente, no qual ele defende que os interesses norte-americanos prevalecerão sobre os interesses da comunidade internacional. No documento também foi apontado a Rússia e a China como concorrentes dos Estados Unidos, especialmente por amenizarem a influência dos norte-americanos em certos territórios: “China e Rússia desafiam o poder dos Estados Unidos, sua influência e seus interesses e tentam erodir a segurança e a prosperidade do país”, alegação encontrada no próprio texto[46]. Outra nação alvo do NSS foi a Coreia do Norte, nação que foi considerada como uma ameaça e um regime desonesto, e que precisa ser combatida segundo o governo estadunidense[47]. Por fim, o documento das estratégias de segurança do novo governo não deu enfoque na questão climática como fez Barack Obama, ressaltando somente que os Estados Unidos terá zelo por questões ambientais, mas, ao mesmo tempo que priorizará o progresso da sua economia[48].

Tal documento elaborado pela administração atual não difere dos documentos estratégicos que foram escritos em 1991-1992, sendo mais um indício que o governo Trump não é um desvio integral em relação aos anteriores, sendo, a valer, todos os governos, desde que os Estados Unidos ascenderam ao posto hegemônico mundial no pós-Segunda Guerra, mantenedores do objetivo primordial norte-americano de

---

[46] https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2017/12/19/china-e-russia-denunciam-nova-estrategia-de-seguranca-dos-eua.htm. Acesso em 21 de janeiro de 2018.

[47] https://www.braziliantimes.com/mundo/2017/12/19/em-discurso-sobre-seguranca-trump-diz-que-e-necessario-lidar-com-a-coreia-do-norte.html. Acesso em 21 de janeiro de 2018.

[48] http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/mundo/2017/12/19/interna_mundo,648658/trump-volta-ao-america-first-ao-revelar-estrategia-de-seguranca.shtml. Acesso em 22 de janeiro de 2018.

sustentar sua hegemonia. Deste modo, Armstrong (apud HARVEY, 2004, p. 71) conclui, em relação aos documentos estratégicos no começa da década de 90:

> *O Plano se destina a levar os Estados Unidos a governar o mundo. O tema declarado é o unilateralismo, mas é em última análise um roteiro de dominação. Ele conclama o país a manter sua superioridade militar irresistível e a evitar que surjam novos rivais capazes de se opor a ele no cenário mundial. Conclama a dominar tanto amigos como inimigos. Não diz que os Estados Unidos têm de ser mais poderosos, ou os mais poderosos, mas que devem ser absolutamente poderosos.*

Em seguida, será apresentado no texto alguns outros tópicos em relação a geopolítica traçada pelo presidente que são merecedores de maior zelo por terem sido os mais pronunciados durante o primeiro ano do governo atual.

5.2.1. O Caso de Trump Com a Rússia

A utilização dos meios geopolíticos por Trump pode ter ocorrido anterior a sua posse, visto que notícias recentes disseminadas pelos canais de mídia apontam que alguns políticos diretamente relacionados com Trump mantiveram contato constante com russos para auxiliar na ascensão do presidente[49][50], quatro pessoas já foram denunciadas pelas investigações. Segundo a BBC (2018), as investigações estão sendo comandada pelo ex-diretor do FBI, Robert Mueller com a participação de advogados do Departamento de Justiça, advogados autônomos e agentes do FBI, conjuntamente ainda com "[…] quatro comissões diferentes do Congresso americano – as comissões de Inteligência da Câmara e do Senado, a comissão de Justiça do Senado e a comissão de supervisão da Câmara" (BBC, 2018). Ainda conforme o veículo de notícias:

> *Pelo menos 12 assessores de Trump tiveram contato com agentes russos durante a campanha e a transição, de acordo com uma análise de dados públicos feita pela CNN. Eles se encontraram pessoalmente*

[49] http://www.bbc.com/portuguese/internacional-42711228. Acesso em 24 de janeiro de 2018.

[50] https://brasil.elpais.com/brasil/2017/05/19/internacional/1495230718_381890.html. Acesso em 24 de janeiro de 2018.

> *com pessoas ligadas ao governo russo pelo menos 19 vezes e se comunicaram pelo menos 51 vezes* (BBC, 2018).

O sucesso da possível intervenção russa na eleição decorreu a partir da divulgação pública de e-mails privados da candidata Hillary Clinton, prejudicando-a no rendimento no curso da eleição, e também a partir da propagação de notícias falsas em relação ao Partido Democrata nas redes sociais, impactando cerca de 126 milhões de norte-americanos (BBC, 2018).

Trump, incessantemente com seu comportamento midiático, respondeu que está sendo alvo do "maior caça às bruxas política da história" (BBC, 2018), ainda que o presidente admitiu várias demissões de profissionais envolvidos com as investigações, dentre eles o ex-presidente do FBI, James Comey, no qual Trump justificou que ele "não estava fazendo um bom trabalho" (FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2017). James Comey revelou que, em fevereiro de 2017, Trump pediu para a interromper as investigações sobre Michael Flynn pois, nas palavras do republicano, "deixar para lá as investigações sobre Michael Flynn, que seria boa gente" (FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2017).

Este caso pode explicar a reaproximação de Trump com Putin, que em desacordo com o NSS e o establishment estadunidense de que a Rússia é uma potencial adversária, Trump segue defendendo e atribuindo elogios ao presidente russo. Existem alguns fatos que podem evidenciar esta estreita relação entre os dois líderes além das polêmicas com Hillary Clinton. De início e no qual já foi apresentado no texto, Trump escolheu Rex Tillerson no cargo de secretário de Estado (e como já foi mencionado no texto, em março deste ano (2018), Trump demitiu Rex do cargo, sendo substituído por Mike Pompeo, embora neste um ano aproximadamente no cargo, não quer dizer que as relação Rússia e Estados Unidos não se entranharam devido ao ex-secretário, entretanto, ao mesmo tempo, não é verídico afirmar que este episódio foi um elemento essencial para este novo perfil da relação dos dois países, sendo somente plausível tecer hipóteses), principal responsável sobre assuntos no âmbito da política externa do país. Rex por ter uma história com envolvimento no ramo de petrolíferas, no qual já foi diretor executivo da ExxonMobil, e pelo fato da Rússia

ser a segunda maior produtora de petróleo[51], o secretário cultivou íntegras ligações com diplomatas da Rússia, e há a possibilidade de ainda existir as mesmas ligações com finalidades políticas clandestinas na eleição e no atual governo de Trump (BBC, 2017). Posteriormente seria apresentado a primeira vítima do caso russo-estadunidense, o ex-chefe de campanha do presidente republicano, Paul Manafort, no qual renunciou depois de ser acusado de receber milhões de dólares para prevalecer interesses russos nos Estados Unidos e na Ucrânia. E segundo a BBC (2017),

> *Quando Manafort estava dirigindo a campanha de Trump, o Partido Republicano abrandou sua posição em relação à Rússia, em particular na visão de que os EUA não deveriam ceder armas letais aos ucranianos – que lutam contra forças pró-Rússia em seu país.*

E em fevereiro de 2017, outro contratado por Trump renunciou ao cargo, desta vez foi seu ex-principal assessor e ex-conselheiro nacional de segurança Michel Flynn, depois de admitir que teria omitido informações ao presidente e ao vice-presidente Mike Pence em relação ao seu envolvimento com diplomatas russos. Flynn foi acusado de conduzir questões diplomáticas com outro país quando ainda não era conselheiro de segurança, algo que é considerado ilegal para um cidadão comum (BBC, 2017).

Outros dois fatores relevantes que evidenciam a interferência russa nas eleições de 2016 para promover Trump à presidência é acusação formal da inteligência norte-americana, em julho desse ano (2018), de 12 agentes que agiram no caso do acesso indevido aos sistemas do Partido Democrata[52]. Esta notícia foi veiculada somente três dias antes do encontro de Trump com Putin na Finlândia, onde o presidente norte-americano, num primeiro momento, afirmou que “I don't see any reason why it would be”[53] (em português: “não vejo razão alguma para tenha sido [a

---

51 https://oglobo.globo.com/economia/os-reis-do-petroleo-veja-os-maiores-produtores-da-commodity-no-mundo-20955478. Acesso em 28 de janeiro de 2018.

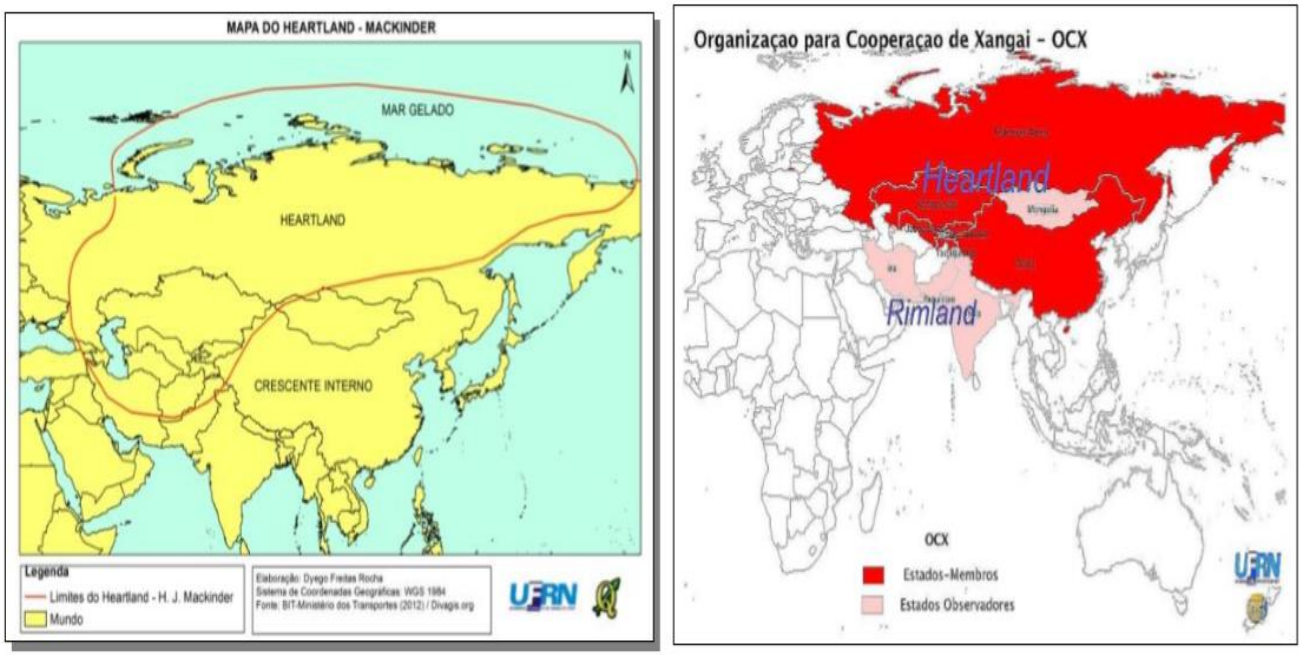
52 https://br.noticias.yahoo.com/trump-diz-aceitar-conclusão-inteligência-ingerência-russa-2016-202429339.html. Acesso em 25 de julho de 2018.

53 https://www.bbc.com/portuguese/internacional-44868547. Acesso em 25 de julho de 2018.

Rússia]"), entretanto, um dia depois Trump alegou que "expressou-se mal" e corrigiu sua fala, no qual estaria correta se tivesse afirmado que "Não vejo razão alguma para que não tenha sido a Rússia".

Além desta ocorrência de interferência russa nas eleições, há outro forte fator para a aproximação dos dois países: o interesse dos Estados Unidos em minar uma coalizão entre os países pertencentes ao *Heartland*, especialmente as relações sino-russas, que porventura significa uma grande ameaça à hegemonia global dos Estados Unidos. Neste episódio é possível citar novamente a contribuição de Huntington (apud ALBUQUERQUE; BRIGOLA, 2017) ao ressaltar o paradigma civilizacional, no qual a partir deste paradigma encontramos duas decorrências: a possível aliança entre Estados Unidos e Rússia, duas potências que são historicamente antagônicas, mas que tendem a associar-se para enfrentar a ascensão do terrorismo jihadista, e esta última seria a outra decorrência possível de averiguar na perspectiva civilizacional (ALBUQUERQUE; BRIGOLA, 2017).

Figuras 6 e 7: *Heartland* e Organização Para Cooperação De Xangai (OCX)[54]



Fonte: ALBUQUERQUE; BRIGOLA, 2017, p. 243.

As Figuras 5 e 6 justificam mais o zelo dos Estados Unidos com as coalizões dos países situados na Eurásia, levando em conta a teoria de Mackinder da existência de um *heartland*, em que alegava que existe uma "área pivô" onde representa:

> *[...] uma ampla extensão territorial do continente eurasiático, dotada de vastos recursos minerais vitais à industrialização e de extensas planícies que permitem o desenvolvimento da agricultura comercial. Do ponto de vista estratégico, seu relevo plano permite deslocamentos rápidos por terra; enquanto que sua distância em relação ao mar assegura uma profundidade territorial frente a ataques de potências oceânicas (ALBUQUERQUE; ROCHA, 2014, p. 3).*

Portanto, o estado que dominar toda esta área provavelmente dotará de recursos suficientes para ascender ao posto de *hegemon*, e ao mesmo tempo que

[54] A organização é composta de seis países membros (China, Rússia, Cazaquistão, Quirguistão, Uzbequistão, Tadjiquistão) e quatro países observadores (Irã, Mongólia, Paquistão e Índia).

Rússia e China possuem a vantagem da proximidade com a “Área Pivô”, se torna evidente os pretextos para que os Estados Unidos busquem estratégias para eliminar qualquer coligação entre as nações desta região, como também a preponderância de um Estado no *Heartland*.

Todas estas conjunturas na administração do atual presidente estadunidense pode ser uma demonstração de um cenário em que Estados Unidos e Rússia cultivarão relações menos conflituosas e, porventura, a formação de uma parceria, embora as afirmações são feitas somente em tese, a definição das relações entre os dois países ocorrerá mais a posteriori.

5.2.2. Os Conflitos Entre Trump e Kim Jong-un

O florescimento de um ambiente turbulento por comportamentos e provocações também foram presentes na presidência de Trump em 2017, além de afirmações controvérsas na mídia, Trump realmente perturbou a diplomacia, esta que foi cultivada durante o governo do seu antecessor Barack Obama, ao inflamar assuntos que estavam em relativa “quietude” em comparação com anos anteriores. Desta postura sem mediações culminou na inflamada troca de provocações entre o presidente norte-americano e o líder norte-coreano Kim Jong-un, que foi bem observada nas redes sociais. A relação turbulenta entre a Coréia do Norte e os Estados Unidos é de longa data. É possível aferir que o atrito entre as duas nações teve origem principalmente na Guerra da Coreia, quando os Estados Unidos em conjunto com outros países apoiaram e defenderam a Coreia do Sul. Entretanto, o comportamento agitado e as declarações polêmicas de Trump serviu para dilatar o conflito e originar a possibilidade de uma guerra nuclear conjuntamente com um pretexto ligeiramente análogo ao da Guerra Fria, onde as duas nações sob constantes ameaças entre si, estão prontas para agir e defender-se com estratégias militares. Apesar de sua doutrina continuar optando primeiramente pela diplomacia para a solução dos conflitos, os oficiais da administração Trump deixou claro que *all options are on the table*[55], inclusive o uso de estratégias beligerantes no objetivo principal de

[55] Tradução: “todas as opções estão na mesa”.

“desnuclearização” da Coreia do Norte (CHANLETT-AVERY et al., 2017). Tal objetivo foi mais delineado quando o Secretário de Estado Rex Tillerson e o Secretário de Defesa James Mattis afirmaram:

> *The object of our peaceful pressure campaign is the denuclearization of the Korean Peninsula. The U.S. has no interest in regime change or accelerated reunification of Korea. We do not seek an excuse to garrison U.S. troops north of the Demilitarized Zone. We have no desire to inflict harm on the long-suffering North Korean people, who are distinct from the hostile regime in Pyongyang.”* (CHANLETT-AVERY et. al., 2017, p. 10)[56]

Pelo lado oriental, o líder norte-coreano Kim Jong-un permitiu a realização de inúmeros testes e lançamentos de mísseis nucleares mesmo com a desaprovação da ONU. Kim justifica afirmando que os testes são importantes para combater um possível ataque estadunidense, ao mesmo tempo que é preciso “alimentar” o sentimento constante do perigo de uma guerra eminente para que a população apoie a causa. Outra questão envolvida com o progresso nuclear da Coréia do Norte é o risco da proliferação das técnicas nucleares para outras nações. Em outubro de 2017, uma embarcação norte-coreana foi interceptada indo em direção ao Canal de Suez tentando exportar clandestinamente 30.000 “Rocket-propelled Grenades” (“lançadores de granadas especiais” em português) para militares egípcios (BAROUD, 2017). É interessante para os norte-coreanos formar parcerias e financiar investimentos em armas nucleares em outros países, pois contribuirá ainda mais para o desenvolvimento de seus ICBM (Mísseis Balísticos Intercontinenais). (CHANLETT-AVERY et al., 2017)

Embora todo esse cenário apreensivo, Loboda (apud RIBEIRO, 2017) afirma que não é favorável para as duas nações como para os outros países que dê início a um período de guerra com armamentos nucleares:

---

[56] Tradução: “O objetivo de nossa campanha de pressão pacífica é a desnuclearização da península coreana. Os Estados Unidos não têm interesse na mudança de regime ou na reunificação acelerada da Coréia. Não procuramos uma desculpa para guarnecer soldados norte-americanos ao norte da Zona desmilitarizada. Não desejamos causar danos ao povo norte-coreano, que é distinto do regime hostil em Pyongyang”.

> *O risco de guerra existe, mas seria ruim para todo mundo. Ela seria devastadora para a Coreia do Norte e teria um custo muito alto para os Estados Unidos" [...] "Para os dois lados, não é interessante chegar à guerra.*

A chance para o surgimento de um novo período de guerra entre as duas nações não pode ser desconsiderado, posto que o próprio "Congressional Research Service" ("Serviço de Pequisa do Congresso" em português) – CRS, publicou um relatório em novembro de 2017 em que enfatiza tal situação elaborando um texto de opções para o uso de forças militares na península coreana caso necessário. Resumidamente no início do texto é apresentado tais exposições:

> *In this report, CRS identifies seven possible options, with their implications and attendant risks, for the employment of the military to denuclearize North Korea. These options are :*
> ** maintaining the military status quo,*
> ** enhanced containment and deterrence,*
> ** denying DPRK acquisition of delivery systems capable of threatening the United States,*
> ** eliminating ICBM facilities and launch pads,*
> ** eliminating DPRK nuclear facilities,*
> ** DPRK regime change, and*
> ** withdrawing U.S. military forces."*[57] (CHANLETT-AVERY et. al., 2017, p. 2)

---

[57] Tradução: "Neste relatório, o CRS identifica sete opções possíveis, com suas implicações e riscos associados, para o emprego dos militares para desnuclearizar a Coréia do Norte. Essas opções são:

* manter o status quo militar

* maior contenção e dissuasão,

* negar a aquisição pela RPDC de sistemas de entrega capazes de ameaçar os Estados Unidos,

* eliminação das instalações ICBM e almofadas de lançamento,

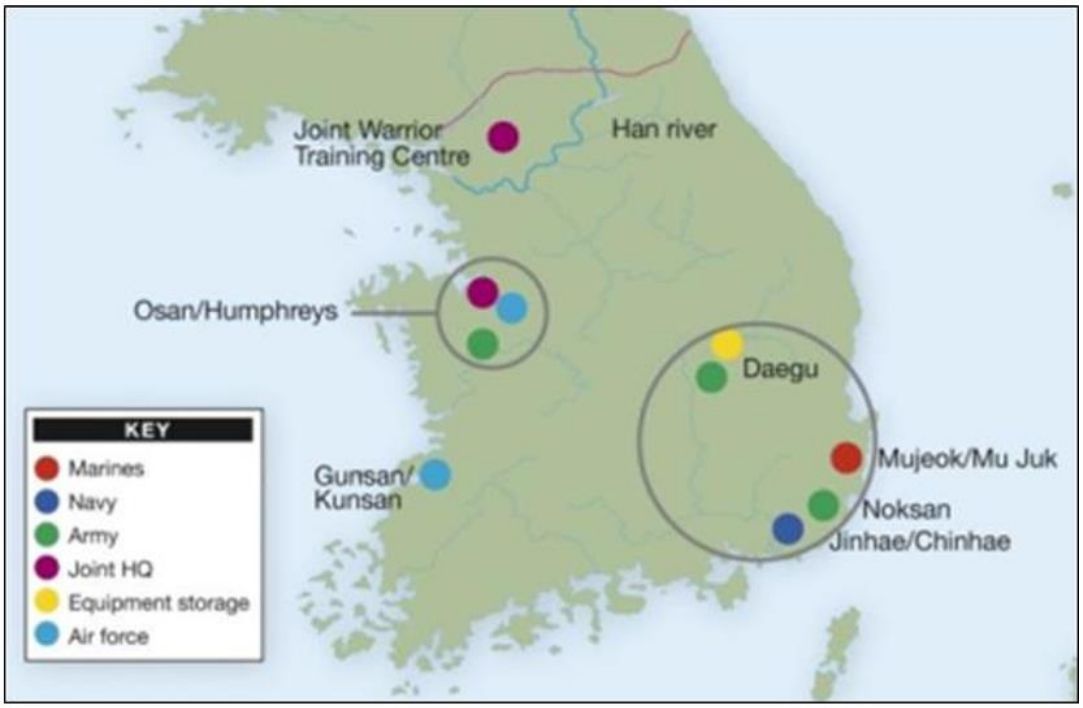
* eliminação das instalações nucleares da RPDC,

* Mudança de regime da RPDC e

* retirar as forças militares dos EUA "

Um ponto-chave que pode contribuir para o desfecho do conflito é o envolvimento de países “terceiros” como a Coréia do Sul, a China e a Rússia. Devido à sua proximidade com a Coréia do Norte, a *ROK* (sigla em inglês para denominar a nação sul-coreana) tem grande importância estratégica para os Estados Unidos, uma vez que esta pode ser uma aliada no conflito encorpando força militar aos norte-americanos, já que os dois países mantêm relações amistosas há várias décadas. Além disso, os Estados Unidos trabalham para fortalecer a capacidade militar da Coreia do Sul, onde já mantêm 28.500 soldados presentes, aeronaves de ataques avançados e a sede da guerra CFC (Combined Forces Command[58]) (CHANLETT-AVERY et al., 2017).

Figura 8: Presença Militar dos Estados Unidos na Península Coreana



Fonte: CHANLETT-AVERY, 2017, p. 56.

A Figura 7 representa um realinhamento das forças dos Estados Unidos, deslocando-se mais para o interior da Coreia do Sul e retirando-se do alcance da artilharia norte-coreana, o que resultou em um número menor de militares na

[58] Tradução: “Comando das Forças Combinadas”.

península. Na mesma imagem ainda é possível perceber além da quantidade das ocupações dos Estados Unidos na Península Coreana, a diversificação destas ocupações, apresentando diferentes tipos e finalidades, embora todas elas encontram-se no território da Coreia do Sul.

A China por sua vez, apresenta íntegras relações com a Coreia do Norte, especialmente nas questões comerciais, no qual a China é presente em 90% do comércio norte-coreano, se tornando um componente importante por ter bastante influência sobre a Coreia do Norte. Consequentemente, a China vem sendo pressionada pela comunidade internacional em contribuir com o impedimento dos programas nucleares da Coreia do Norte. Mesmo com uma certa tolerância chinesa acerca dos programas nucleares de Kim-Jong un, a China condenou tais práticas e votou nas 8 resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas que sancionam as armas de destruição em massa[59] da Coréia do Norte (CHANLETT-AVERY et al., 2017). Em agosto de 2017, um editorial do *Chinese Communist Party's official People's Daily* (“Diário do Povo do Partido Comunista Chinês” em português) afirmou que:

> *If North Korea launches missiles that threaten US soil first and the US retaliates, China will stay neutral," it wrote. “But if the US and its ally, South Korea, take on Pyongyang and try to "overthrow the North Korean regime and change the political pattern of the Korean Peninsula, China will prevent them from doing so”.* (BAROUD, 2017, p. 7)[60].

Por último, a Rússia tem um papel menos relevante no cenário, mas ainda pode ser uma peça fundamental no conflito. Como a China, a Rússia mantém boas relações comerciais com a Coreia do Norte, podendo ser o segundo maior parceiro comercial (CHANLETT-AVERY et al., 2017), e desta forma apresentando também uma certa influência sobre Pyongyang.

---

[59] Em inglês é representado pela sigla WMD (weapons of mass destruction)

[60] "Se a Coréia do Norte lançar mísseis que ameaçarem o solo dos EUA primeiro e os EUA retaliarem, a China permanecerá neutra", escreveu. "Mas se os EUA e seus aliados, a Coréia do Sul, tomarem Pyongyang e tentaren "derrubar o regime norte-coreano e mudar o padrão político da península coreana, a China os impedirá de fazê-lo ".

Caso ocorra de fato uma guerra, a estimativa de perdas humanas, físicas e o abalo na economia seria imprevisível dado a própria incerteza do encaminhamento do conflito, como a questão do uso de “armas convencionais” ou armas de destruição em massa. Embora esta última opção seja a mais provável de ser utilizada pela Coreia do Norte, uma vez que sua artilharia apresenta algumas deficiências e suas forças não convencionais, especialmente a tecnologia nuclear, estão cada vez mais avançadas. Mas de acordo com o escritor Zachary Cohen (apud CHANLETT-AVERY et al., 2017),

> *Estimates are that hundreds of thousands of South Koreans would die in the first few hours of combat—from artillery, from rockets, from short range missiles—and if this war would escalate to the nuclear* level, then you are looking at tens of millions of casualties and the destruction of the eleventh largest economy in the world[61].” (p. 19)

Portanto o interesse geopolítico neste conflito é pelo fato dos Estados Unidos considerarem a Coréia do Norte uma potencial adversária de exercer uma hegemonia local e consequentemente ser uma obstrução para a disseminação da influência norte-americana no continente asiático, ao mesmo passo que existe o receio estadunidense de possíveis investidas belicosas dos norte-coreanos uma vez que estes estão cada vez mais progressivos no desenvolvimento de seus aparatos balísticos e nucleares.

Apesar da narrativa de conflitos e ameaças apresentadas, no mês de junho deste ano (2018), Trump e Kim Jong-un encontraram-se em uma cúpula organizada para o debate e a concretização de acordos. Esta cúpula pode implicar em uma amenização das ameaças entre os dois países e uma possível desnuclearização da Coreia do Norte, no qual uma das principais base de lançamentos norte-coreanas já foi desmantelada por ordem do líder Kim Jong-un[62]. Contudo, isto não significa uma

---

[61] Tradução: “As estimativas são que centenas de milhares de sul-coreanos morreriam nas primeiras horas de combate – da artilharia, dos foguetes, dos mísseis de curto alcance – e se essa guerra escalasse para o nível nuclear, então você está olhando dezenas de milhões de baixas e a destruição da décima primeira maior economia do mundo”.

62 https://istoe.com.br/trump-sauda-desmantelamento-de-base-de-lancamentos-da-coreia-do-norte/. Acesso em 25 de julho de 2018.

completa relação amistosa entre os dois, pois o progresso nesta questão é de forma gradual e que ainda persiste a "sombra de um verosímil cenário belicoso".

Desta forma, é importante fazer este adendo neste caso, visto que neste ano (2018) os conflitos entre os dois países parecem apresentar um certo progresso para ingressar uma pacificação das suas questões, todavia ainda não é possível afirmar que o caso está resolvido e que não haverá um retorno dos conflitos.

5.2.3. O Reconhecimento de Jerusalém Como Capital de Israel

Trump também atribuiu efervescência ao conflito entre Israel e Palestina no momento em que reconheceu Jerusalém como capital do Estado israelense, assunto que é tido como "coração" do confronto[63]. Contudo, a Organização das Nações Unidas (ONU) em Assembléia Geral não reconheceu a decisão norte-americana com uma ampla maioria de votos contrários[64]. Este posicionamento à favor de Israel pelos Estados Unidos é fruto de uma aliança que teve início no final da década de 40, apesar de que nos últimos anos a relação norte-americana-israelense foi arrefecida, principalmente no governo de Barack Obama e principalmente quando este não apoiou a causa israelense na votação do Conselho de Segurança das Nações Unidas em relação aos assentamentos na Cisjordânia.

O que foi observado no primeiro ano de governo do republicano Trump, indica que a ligação entre Israel e Washington se fortalecerá muito em razão de dois principais fatores: a similaridade das duas nações em apresentar um ambiente onde o conservadorismo e nacionalismo tendem a crescer; e além do fato de Israel ser um meio para a propagação do poder estadunidense no Oriente Médio. Esta mudança nas Relações Internacionais vêm sendo motivo de preocupação para a comunidade internacional por uma possível desestabilização na região, e principalmente para os palestinos, que temem perder seu território e não assistir o desenvolvimento do seu Estado (FELISBERTI; LOPES, 2017).

---

[63] https://brasil.elpais.com/brasil/2017/12/06/internacional/1512589982_074271.html> Acesso em 20 de janeiro de 2018.

[64] http://www.bbc.com/portuguese/internacional-42449771. Acesso em 20 de janeiro de 2018.

À vista disso, é plausível concluir que na grande maioria das ações tomadas pelo governo Trump (porém é importante ressaltar que não somente neste governo atual, mas como em todos os anteriores desde que os Estados Unidos estabeleceram-se de níveis diferentes de autonomia), a essência destas ações sempre apresentam a finalidade primordial de garantir a hegemonia e influência dos Estados Unidos. Isto denota na prática a visão realista que Trump assegurou em seu discurso, ao mesmo tempo que elimina a hipótese de os Estados Unidos assumirem uma posição isolacionista tendo em vista da permeação das suas ações intervencionistas.

5.2.4. Outras Considerações Sobre o Primeiro Ano do Governo de Trump

O primeiro ano de Trump (20 de janeiro de 2017 – 20 de janeiro de 2018) resumiu-se abundantemente a polêmicos tuítes e troca de ofensas entre o presidente norte-americano com outros líderes, a tal modo que é possível equiparar a relevância que Trump atribuiu ao seu comportamento midiático com as suas ações de fato. Embora não seja verdade que a ausência de mudanças mais drásticas no primeiro ano do governo tenha sido pela falta de aplicação de Trump, no qual sempre fez parte do perfil do presidente ser incisivo e contundente, mas é possível apontar a dificuldade do presidente em encontrar apoio no ambiente político nacional e mundial. Isto também não quer dizer que este primeiro ano da nova postura geopolítica dos Estados Unidos não foi marcante, pelo contrário, esta mudança do rumo do país com a entrada de Trump possivelmente será um grande capítulo na história estadunidense. Para muitos até agora, Trump tem seguido firme nos seus preceitos e ideais que apresentou nos seus discursos, endurecendo a sua visão realista de que as Relações Internacionais é um jogo de “soma zero”, que têm retirado o país de vários avanços da comunidade internacional reiterando que tais acordos ocorrem muito às custas estadunidenses e que só vêm abalando o país, isto é, está cumprindo a previsão de vários autores de que este governo priorizará as relações bilaterais ou unilaterais quando conveniente, abandonando o multilateralismo e o sentimento de “comunidade internacional”. Esta postura de abdicação da diplomacia e moralidade do novo governo irá apenas fortalecer os inimigos e diminuir o poder estadunidense, tendo em

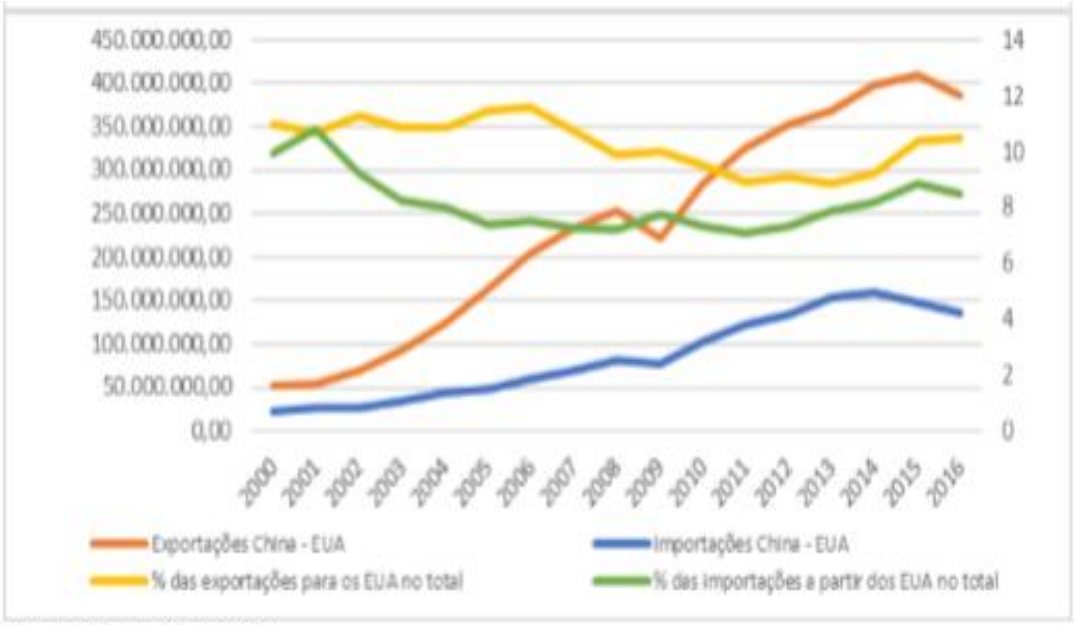
vista que os acordos, o sistema e a ordem servem também para assegurar a hegemonia e influência dos Estados Unidos.

O seu mandato no primeiro resumiu-se também à diversas renúncias e demissões. Dentre eles, destacam-se: o ex-conselheiro jurídico da Casa Branca Don MacGahn, renunciou após ter colaborado com as investigações das interferências russas nas eleições, o já mencionado Rex Tillerson no cargo de Secretário de Estado, sendo substituído por Mike Pompeo, o responsável por dirigir a campanha de Trump, Steve Bannon deixou o cargo em março de 2017, alguns meses depois, em maio James Comey foi exonerado do posto de diretor do FBI, o já citado no texto Michel Flynn que ocupou o cargo de assessor de Segurança Nacional por menos de um mês, sendo substituído por Hebert McMaster e que também foi descolado para a promoção por John Bolton[65]. Isto denota à ausência de conciliação interna no governo Trump, concernindo na já deverás aludida ausência de apoio interno no congresso.

É importante discorrer também sobre as relações dos Estados Unidos com a China posterior a ascensão de Trump. Sendo o protecionismo como diretriz econômica, não é surpreendente que os Estados Unidos tomem medidas com o intuito de mitigar as importações da China aumentando taxas aduaneiras de seus produtos, uma vez que Trump considera “abusivas” as relações comerciais com a China (VINHA, 2017). Em retaliação, o governo chinês também aderiu algumas taxações nas relações comerciais com os norte-americanos, embora em menor grau. Este cenário pode eclodir em uma guerra comercial[66], no qual ambos provavelmente serão prejudicados, sobretudo as suas populações que observarão aumento nos valores finais dos produtos. Embora as medidas protecionistas defendidas pelo governo Trump estão sendo criticadas, as relações comerciais entre os dois países não são balanceadas de fato, apresentando maior déficit e portanto maiores importações por parte dos norte-americanos em comparação com os chineses, é o que mostra o Gráfico 3.

[65] https://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/nova/1597378575947902-principais-demitidos-do-governo-trump#foto-1597379417992846. Acesso 16 de novembro de 2018.
[66] https://exame.abril.com.br/economia/eua-diz-que-china-tem-mais-a-perder-em-guerra-comercial/. Acesso em 25 de outubro de 2018.

Gráfico 3: EUA-CHINA: Balança Comercial (bilhões de dólares; 2000-2016) e Participação dos EUA na Balança Comercial chinesa



Fonte: UnctadStat, 2017

As relações conflituosas sino-estadunidense não resumem-se somente à questão econômica, tendo em vista que os Estados Unidos, como já mencionado ao longo desta dissertação, em seu documento base para segurança nacional, o National Strategy Security (NSS), considera a China como uma potencial adversária para a hegemonia estadunidense, e além de que no mesmo documento, o governo Trump direciona suas ações com base no realismo, estes dois fatos somados resultam na premissa que os Estados Unidos tendem a tomar medidas para apaziguar qualquer intento chinês de ameaçar o posto hegemônico. Um outro ponto levantado por Kroeber (2018) que é fator para dilatar a apreensão norte-americana neste caso, são os escopos dos chineses para o desenvolvimento do seu poder militar. Estes escopos estão sendo abordados e concretizados no plano estratégico e econômico *Made In China 2025*. Contudo, ainda não estão claras de como a gestão de Trump conduzirá estes conflitos, tendo em vista que uma guerra comercial ou algum conflito de outro perfil com a China apresenta grandes riscos mesmo para a maior potência mundial.

Contudo, é importante ressaltar que a economia neste ano inaugural do governo do presidente Trump prosperou. Segundo Gilboa (2017), "[…] growth reached

2.4%, and industrial productivity went up about 3%. Wall Street investments are up almost a third. At the same time, unemployment fell to 4.3% and inflation to 1.6%."[67] (p. 3). Portanto, com base nos dados, é possível observar que a índole de empresário do presidente de fato desenvolveu a economia. Este avanço econômico deve-se muito aos cortes de impostos na reforma tributária de Trump em 2017, em que estimulou os variados investimentos. Entretanto, alguns autores defendem que este avanço não é devido somente as medidas do governo atual, sendo resultante de ações de longa data de governos anteriores (GILBOA, 2017; KOYAMA, 2018).

A Tabela 2 a seguir expõe as principais intervenções de Trump em seu primeiro ano no cargo presidencial:

67 Tradução: "[…] o crescimento chegou a 2,4% e a produtividade industrial subiu cerca de 3%. Os investimentos de Wall Street subiram quase um terço. Ao mesmo tempo, o desemprego caiu para 4,3% e a inflação para 1,6%."

Tabela 2 – Principais Ações do Presidente Trump em Seu Primeiro Ano

	Principais Ações
Política Externa	▪ Abandono do Acordo “TPP” (23/1/2017); ▪ Relações duvidosas e aprofundadas com a Rússia; ▪ Inflamadas relações com a Coréia do Norte; ▪ Abandono do acordo climático de Paris (1/6/2017); e ▪ Reconhecimento de Jerusalém Como Capital de Israel (6/12/2017).
Política Interna	▪ Inúmeras demissões e renúncias dentro do atual governo (à exemplo de Michel Flynn, Rex Tillerson, Steve Bannon, e dentre outros)
Economia	▪ Reforma Tributária (20/12/2017); e ▪ Taxações comerciais, sobretudo com a China
Saúde	Redução da abrangência do *Obamacare*
Imigração	Veto Anti-Imigração (27/1/2017)

Como mencionado, o presidente não conseguiu concretizar grande parte das suas pretensões, deixando de efetivar vários projetos em pauta, pois Trump enfrentou ampla coerção do congresso, o que mitigou o seu poder nas suas ações. A esperança do republicano é a votação neste ano para eleições legislativas dos representantes do congresso, no qual espera que os eleitos continuem sendo em sua maior parte

republicanos. Entretanto, caso isto ocorra, não é presumível que Trump conseguirá apoio suficiente para efetivar suas propostas, tendo em vista que boa parte das críticas direcionadas ao presidente vem da ala Republicana.

Portanto, o saldo do primeiro ano de Trump no governo foi abafado pelo pouco poder efetivo em realizar suas propostas. Apesar de que o presidente conseguiu "perturbar" o cenário mundial ao radicalizar a primazia do Estado-nação em um cenário, visto pelo seu governo, como realista, e assim diminuindo a presença da diplomacia. Além de que esta nova postura tem a possibilidade de ser seguido por outros países, disseminando e fortalecendo os mesmos pressupostos de Trump entre as populações e políticos em outros Estados. Desta forma, Trump conseguiu trazer um pouco desta visão realista à postura dos Estados Unidos, ao mesmo tempo que materializou a sua busca pelo protecionismo. Como esperado, a reação da mídia, de boa parte do mundo e dos opositores ao governo foi avessa a esta nova postura dos Estados Unidos, alegando que o país não tera benefícios suficientes para balancear as suas ações, e que, desta forma, sairá negativamente desta doutrina do atual presidente.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Trump foi consequência, principalmente, de uma profunda insatisfação da população com as condições de seu cotidiano (VINHA, 2017), visto que a grande maioria do eleitorado comum não é muito sensibilizada por questões “macro”, como discussões de gênero, raça e de classe e sim “[…] em ir para as férias, em não ter um filho que morre com uma bala, em arrumar um emprego, em pagar suas contas […]" (MIELNICZUK, 2017, p. 18), isto é, o cidadão comum tende a estar mais concentrado no que acontece de imediato na sua realidade. Deste modo, Trump foi astuto suficiente para “conversar” com essa parte do eleitorado e convencê-los com seu discurso para ser eleito.

Um dos rebatimentos mais acentuado do governo atual dos Estados Unidos é dificultar o curso da ordem internacional liberal, visto que a postura da potência hegemônica mundial de adotar um nacionalismo que realça a perspectiva realista nas Relações Internacionais, serve para minar a prosperidade de uma economia internacional e de uma geopolítica baseada na diplomacia. Esta postura está diretamente relacionada com o trecho anterior, de modo que grande parte dos operariados e do setor manufatureiro responsabilizam a internacionalização da economia pela falta de empregos, no primeiro caso, e o receio da competitividade alavancada pelos investimentos estrangeiros no segundo caso. Este foi um fator para a escolha do presidente republicano, no qual é conveniente com a ideia de nacionalismo e proteção das indústrias norte-americanas e dos “empregos” dos seus cidadãos, principalmente, ao combater a entrada de imigrantes e a externalização dos investimentos industriais que devem ser mantidos no território.

Embora remetem ao governo de Trump como um ponto de inflexão total, a verdade é que sua doutrina define-se por ser mais uma continuidade em comparação com os governos anteriores (ALVES; THUDIUM, 2017; STOKES, 2018). A diferença encontra-se, portanto, nas escolhas estratégicas de manter a hegemonia norte-americana. Como apresentado ao longo deste trabalho, Trump abdicou mais das relações diplomáticas e aderiu ao um unilateralismo ou bilateralismo com base em um pensamento de “custo-benefício”, em que resume-se a uma arena onde os principais atores globais competem por vantagens (STOKES, 2018). Esta particularidade pode

ser observada nos principais casos do governo atual, no qual resumiram-se na continuidade de apresentar o objetivo primordial que é a diretriz dos Estados Unidos no que tange a política externa, a ratificação do seu poder e da sua hegemonia. A aproximação com a Rússia é uma tentativa de minar as relações sino-russas ou da própria em almejar o poder no *Heartland*, como também a possível interferência de agentes russos nas eleições norte-americanas de 2016, os conflitos com a Coréia do Norte somente ocorreram no momento em que os norte-americanos consideraram esta nação uma potencial adversária para a hegemonia local estadunidense e seu avanço nas tecnologias nucleares, e as polêmicas que envolvem o Oriente Médio, e em especial Israel, é explicado pelo interesse dos Estados Unidos de manter boas relações com este país, uma vez que é por meio deste que o governo norte-americano consegue sustentar a sua influência nesta região.

Este abandono do multilateralismo, do posto "arbitrário" das Relações Internacionais e da ampliação do protecionismo econômico podem ocasionar em um efeito contraproducente para os Estados Unidos, tendo em vista que estas escolhas do governo Trump permitem que em certas regiões se instaure "buracos" vagos de domínio que serão possivelmente preenchidos por outros países. Ao mesmo passo que cria a possibilidade de gerar guerras comerciais, como atualmente no qual já há indícios de um começo de guerra comercial com a China tendo em vista as amplificações das taxações frequentemente noticiadas.

Desta forma, a hipótese deste trabalho, que consistiu em afirmar que o governo de Donald Trump apresentará viés protecionista e unilateralista baseados na visão realista, é comprovada pelos dados e análises expostos no decorrer do texto, uma vez que aderiu ao protecionismo pois houve uma amplificação das taxações de importações no país, como também penalizações indiretas para indústrias que dirijam unidades de produção para o exterior; foi unilateralista pois Trump retirou o país de diversos tratados internacionais que não visassem somente os interesses e proveitos para o país (como a retirada do país do acordo TPP, acordo climático de Paris, acordo nuclear do Irã, dentre vários outros concertos multilateralistas); e é possível aferir que a geopolítica do país está assentado no realismo uma vez que o próprio documento de diretrizes para segurança nacional – NSS – alega que a postura dos Estados Unidos será guiada pelo *principled realism*.

Além disto, o trabalho teve o intento de apresentar que a geopolítica deste governo teve rebatimentos na ordenação mundial, como também efeitos negativos para o país. No primeiro caso, Trump agravou conflitos preexistentes que estavam em placidez, como também atravancou o livre comércio e a ordem liberal pós-Guerra Fria, e que esta última auxiliou em demasia o desenvolvimento e manunteção da sua economia e do seu poder. Somado à este efeito na ordem mundial, também é possível observar grandes estímulos para a China em disputar a liderança comercial e política nas Relações Internacionais. Desta forma, justifica a afirmação que a postura geopolítica que o governo atual nomeou está sendo incoerente com os aparatos que os permitiram granjear o posto de potência mundial, e sendo assim prejudicando na disseminação da sua influência. Brands (apud HERMIDA, 2018) reforça devidamente ao alegar que os resultados serão: *en una disminución del superpoder estadounidense e intensifique el estrés en un sistema que ha servido a Washington y a muchos otros tan bien y por tanto tiempo*[68] (p. 18).

É possível concluir também que, como já mencionado ao longo desta dissertação, Trump está granjeando com sucesso obstruir a ordem liberal pós-guerra, uma vez que é altamente deletério para a ordenação mundial baseada no liberalismo exibir o seu estado hegemônico, e precursor desta, com postura contrária a esta ordem. Nesta questão é possível levantar outra consideração sobre Trump que não é aceitável denegar, o presidente está de fato empenhado em colocar em prática os comprometimentos alegados no seu discurso. A ausência de medidas efetivas é devido à já mencionada resistência que o presidente encontra em vários âmbitos.

As tendências plausíveis de serem aludidas é que Trump continuará encontrando certa resistência, até dentro do próprio partido Republicano, todavia, a expectativa de Trump reside nas eleições para o congresso em novembro deste ano (2018), no qual seria vantajoso para o presidente possuir um congresso com mais indivíduos do seu partido, o que permitirá maior apoio para suas pautas. Trump ainda não dá indícios que alterará sua posição conservadora, protecionista e *antiestablishment*, e nem que amenizará tal posição. Contudo, não é possível afirmar

[68] Tradução: "em uma diminuição da superpotência norte-americana e intensificação do estresse em um sistema que serviu Washington e muitos outros tão bem e por tanto tempo".

que o republicano continuará tão resiliente na sua postura, tendo em vista da sua baixa aprovação, das críticas recebidas por vários grupos e desta própria resistência encontrada.

Perscruntando ainda mais a análise desta pesquisa, mesmo embora não seja um dos objetivos deste trabalho, pois tal averiguação deve ser explorada sobremaneira, encontrando maiores dados e evidências para chegar nas conclusões, contudo é importante ao menos adentrar brevemente, tendo em vista que contribui, talvez, para compreender os fatores que fizeram Trump adotar a postural atual norte-americana, ao mesmo passo que é coerente com o tema da pesquisa. Deste modo, esta parte do trabalho se atentará a discussão precípua de qual período está inserido o contexto atual, se estamos em um ponto da trajetória que os Estados Unidos encontram-se em declínio como *hegemon* ou se trata somente de uma fase de um ligeiro e efêmero ocaso do poder e hegemonia do país. Nesta questão, independentemente se a produção de Harvey (2004), elencada como uma grande contribuição nas referências deste trabalho, foi desenvolvida em outro período, a análise acerca dos governos nos quais regeu sua obra é bem similar ao contexto atual, sendo plausível resgatar seus escritos para elaborar hipóteses e tendências para o governo de Trump. Isto posto, há duas ações do governo Trump que é possível ponderar à luz da questão da derrocada ou não do *hegemon*. A primeira, já citada ao longo desta dissertação, é o retrocesso da financeirização pelos norte-americanos dos acordos e procedimento multilaterais no sistema atual, no qual Trump, como já apresentado neste trabalho, alega que os Estados Unidos são estorvados por tratados em que o presidente afirma que não retribuem suficientemente para a economia do país. E dado que um dos fatores principais para aclarar esta queda de hegemonia, é o emprego desequilibrado do capital financeiro para sustentar sua hegemonia (HARVEY, 2004), talvez esta afirmação pode ser um dos fatores para explicar a postura unilateralista rotulada como *America First*. Todavia, esta relação pode não ser verídica, de modo que, possivelmente, o governo Trump não se assentou sobre os pensamentos de Harvey, sendo somente uma aposição, e além de que, não é uma fórmula de causa e efeito e nem uma regra da natureza que a financeirização, mesmo que descomedida, ocasionará na queda norte-americana.

Contudo, torna-se desalinhado à intenção de evitar o prelúdio de que os impérios declinaram pela extrapolação do financiamento, no momento em que a gestão Trump apresentou um gasto orçamentário militar de 165 bilhões de dólares[69]. É coerente analisar nesta perspectiva, uma vez que o império soviético foi derrubado pela corrida na tecnologia armamentista no período da Guerra Fria, devido ao gravame em sua economia pela extrapolação de gastos com esta corrida. Sendo assim, torna-se fundamental a pergunta de Harvey se os Estados Unidos irão, "[...] em sua busca cega do domínio militar, solapar fundamentos econômicos de seu próprio poder?" (p. 72). Todavia, a questão torna-se complexa ao elencar os pilares da hegemonia, no qual Trump volta a estar coerente com o objetivo de sustentar o poder norte-americano, visto que a hegemonia está alicerçada em três principais pilares: a riqueza, a capacidade produtiva e a aptidão militar (HARVEY, 2004). À vista disso, o equilíbrio e sensatez para com os gastos militares exacerbados não se tornem um fator para a derrocada do *hegemon*, mas ao mesmo tempo que o mesmo deverá garantir o pilar militar da hegemonia, que hoje ainda continua sendo basilar para garantir o poder de coerção e "frear" qualquer investida de outro Estado que tem o intento de ameaçar o *status quo* do sistema.

Ainda nesta discussão, Bandeira agregou ampla contribuição, principalmente, com o seu livro escrito em 2009, Geopolítica e política exterior: Estados Unidos, Brasil e América do Sul. Da mesma forma que este trabalho tratou a obra de Harvey (2004), foi atribuído ao livro de Bandeira a mesma pertinência de retomar suas análises para a conjuntura atual. O autor é resoluto em sua visão sobre o declínio dos norte-americanos, especialmente quando declara que,

> *O declínio do Império Americano já se evidencia, tanto ao nível econômico como político e militar. Diferentemente de outras potencias industriais, os Estados Unidos deixaram de ser exportador líquido de capitais e não mais lideram as compras ou o estabelecimento de firmas em outros países. Com enormes déficits comercial e fiscal, bem como na conta corrente do balanço de pagamento, tornaram-se uma potência devedora e não têm como pagar sua dívida externa (p.33).*

[69] https://brasil.elpais.com/brasil/2018/02/08/internacional/1518111363_788469.html. Acesso em 20 de novembro de 2018.

Ainda, segundo Bandeira (2009), os Estados Unidos são uma “potência, virtualmente, falida” (p.34), isto se deve à estratosférica dívida que os norte-americanos adquiriram muito em função dos custos da sustentação e mais desenvolvimento militar, e estes gastos terão rebatimentos nos recursos repassados para setores essenciais da política interna do país, tais como: segurança, saúde, infraestrutura, e dentre outros. Contudo Bandeira assegura o fato que o dólar ainda é a moeda mundial, sendo um fator relevante para os Estados Unidos continuarem na vanguarda das Relações Internacionais.

Bandeira é mais arrojado ainda ao acastelar a comparação do declínio do Império Romano com a situação dos Estados Unidos de Jeremy Grant:

> *E apontou “notáveis semelhanças” entre os fatores que resultaram na queda do Império Romano e a situação dos Estados Unidos, devido ao declínio dos valores morais e da civilidade política, à confiança e à excessiva dispersão das Forças Armadas no exterior, bem como à irresponsabilidade fiscal do governo.79 Mas, se o declínio do Império Romano durou muitos séculos, o declínio do Império Americano provavelmente levaria apenas algumas décadas e seria tão vertiginosa, dramática e violenta quanto sua ascensão (GRANT apud BANDEIRA, 2009, p. 40).*

Em suma, Bandeira (2009) defende que o principal fator para a hegemonia dos Estados Unidos estarem em declínio é a bolha inflacionária, composta de grandes déficits e dívidas públicas, ocasionada pelos desmesurados gastos militares, e em especial, o custo enorme de sustentar milhares de bases em vários países, como também a provocação das Guerras do Iraque e do Afeganistão. Ou seja, um meio escolhido para garantir a hegemonia do país acarretou um efeito contraproducente, no qual pode futuramente ser possível assistir a derrocada incondicional estadunidense. E David Harvey (2004) está em concordância que os Estados Unidos encontram-se em um período de diminuição do seu poder e da sua hegemonia, ao mesmo passo que concorda que os gastos exacerbados provavelmente serão um dos principais fatores, senão o principal, para a decadência estadunidense.

Tendo em vista esta discussão enriquecedora, é plausível tecer algumas considerações, embora apenas em tese, pois Trump não deixou claro se de fato que a sua recusa em não mais ter o intento de financeirizar as Relações Internacionais e

seus acordos multilaterais, é devido a conclusão de que os déficits gerados pelos gastos com a posição de “direção” do sistema mundial e a sustentação da ordem pós-Guerra Fria são razões para a queda atual do país. As medidas protecionistas e anti-imigração, por outro lado, podem ser fruto de um fator mais superficial, sendo somente devido ao seu comportamento populista, no qual prometeu em seus discursos anteriores à sua posse, proteger as indústrias e os empregos dos cidadão norte-americanos, e colocar a “América em primeiro lugar” (*America First).*

Atribuindo mais uma atualização ao texto, as eleições legislativas de meio mandato que foram realizadas no dia 6 de novembro deste ano (2018), no qual o senado ficou composto de maior número de senadores do Partido Republicano. Por outro lado, o congresso apresentou, em sua maioria, deputados do Partido Democrata, partido de oposição[70]. Este cenário é mais um indício que o presidente Donald Trump irá enfrentar maior resistência para efetivar suas propostas, uma vez que a grande parcela das concretizações políticas devem necessariamente passar por pleito no congresso. Isto é, a ausência de apoio que marcou o primeiro ano de Trump tenderá a majorar nos próximos anos do seu mandato, e portanto, mitigando as suas intenções e dificultando a consolidação das suas pautas.

[70] <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2018/11/07/As-perdas-e-ganhos-na-eleição-americana-de-meio-de-mandato>

REFERÊNCIAS CONSULTADAS

ALBUQUERQUE, Edu Silvestre de; BRIGOLA, Higor Ferreira. Trump e a aproximação entre Estados Unidos e Rússia: uma convergência estratégica possível segundo o paradigma civilizacional de Samuel Huntington. **Revista de Estudos Internacionais (REI)**, 2017, volume 8. p. 236-258. Disponível em: http://www.revistadeestudosinternacionais.com/uepb/index.php/rei/article/view/321. Acesso em 21 de outubro de 2018.

ALBUQUERQUE, Edu Silvestre de; ROCHA, Dyego Freitas. Revisando o conceito de Heartland na Política de Contenção Ocidental do séc. XXI. **Revista de Geopolítica**, Natal, volume 5, número 1, janeiro-junho de 2014. p. 1-14. Disponível em: http://www.revistageopolitica.com.br/index.php/revistageopolitica/article/view/94/93. Acesso em 21 de outubro de 2018.

AGÊNCIA FRANCE-PRESSE. **Trump volta ao 'America First' ao revelar estratégia de segurança**. Correio Braziliense, 2017. Disponível em: http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/mundo/2017/12/19/interna_mundo,648658/trump-volta-ao-america-first-ao-revelar-estrategia-de-seguranca.shtml. Acesso em 21 de janeiro de 2018.

ALMEIDA, Ester Nóbrega de; ALMEIDA, Lucas Tavares Nóbrega de; BASTOS, Raíssa de Lima Souza; CAETANO, Luíza Ferreira; CARVALHO, Lucas Gonçalves; SANTOS, Douglas Lemos Monteiro dos. As Relações Internacionais Contemporâneas e os conflitos armados no século XXI à luz do direito internacional. **XII Congresso Acadêmico sobre Defesa Nacional (CADN)**, Ministério da Cultura. 2015. Disponível em: https://www.defesa.gov.br/arquivos/ensino_e_pesquisa/defesa_academia/cadn/artigos/xii_cadn/as_rel_internacionais_contemporaneas.pdf. Acesso em 3 de outubro de de 2018.

ALVES, João Paulo; THUDIUM, Guilherme. A ascensão de Donald Trump: perspectivas para a política externa e de segurança dos Estados Unidos. Porto Alegre: **Boletim de Conjuntura NERINT**, janeiro de 2017. Volume 1, número 4, p. 7-18. Disponível em: https://www.ufrgs.br/nerint/boletim-de-conjuntura/volume-1/. Acesso em 21 de outubro de 2018.

ANDRÉ, José Gomes. **2016, a «longa caminhada»** Das eleições primárias à sucessão de Obama. 2016.

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX:** dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. São Paulo: Editora Unesp, 1996. p. 1-86. Disponível em: https://pt.scribd.com/doc/56126281/Arrighi-Giovanni-O-longo-seculo-XX. Acesso 31 de outubro de 2018.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. Dimensão estratégica e política externa dos Estados Unidos. In: _____. **Geopolítica e política exterior**: Estados Unidos, Brasil e América do Sul. Brasília, Fundação Alexandre Gusmão, 2009. P. 9-42. Disponível em: http://livros01.livrosgratis.com.br/al000031.pdf. Acesso em 1 de dezembro de 2018.

BAROUD, Ramzy. **No good options in North Korea: Trump's disparaging language reveals us failure in east asia**. Catar, Al Jazeera Centre for Studies, 2017. Disponível em: http://studies.aljazeera.net/mritems/Documents/2017/10/10/0ac210168aef43f8a534c9b8f20bd1c1_100.pdf. Acesso em 12 de fevereiro de 2018

BRAVO, Juliano dos Santos; PINTO, Danielle Jacon Ayres. O Realismo nas Relações Internacionais: uma revisão da literatura. **Revista de Estudos Internacionais (REI)**, volume 7, número 2, p. 130-147, 2016.

BRITISH BROADCASTING CORPORATION (BBC). **O que se sabe sobre a polêmica relação de Trump com a Rússia**. 2018. Disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/internacional-42711228. Acesso em 24 de janeiro de 2018.

BRITISH BROADCASTING CORPORATION (BBC). **Por que a relação de Trump com a Rússia causa tanta polêmica nos EUA**. 2017. Disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/brasil-38976348. Acesso em 28 de janeiro de 2018.

BREMMER, Ian; GARMAN, Christopher. **O mundo em recessão geopolítica**. Época, 2017. http://epoca.globo.com/politica/noticia/2017/01/o-mundo-em-recessao-geopolitica.html. Acesso em 3/10/2017. A matéria analisa o cenário geopolítico mundial após a eleição de Donald Trump.

CHANLETT-AVERY, Emma; FEICKERT, Andrew; HILDRETH, Steven A.; MANYIN, Mark E.; MCINNIS, Kathleen J.; NIKITIN, Mary Beth D. **The North Korean nuclear challenge**: military options and issues for congress. Congressional Research Service, 2017. Disponível em: https://fas.org/sgp/crs/nuke/R44994.pdf. Acesso em 6 de fevereiro de 2018.

COSTA, Wanderley Messias da. Introdução. In: COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia política e geopolítica**: discursos sobre território e poder. São Paulo: HUCITEC: Editora da Universidade de São Paulo, 1992. p. 13-29. Capítulo 1.

DAMAS, Roberto Dumas. A falácia do protecionismo de Trump. **Valor**, julho de 2017, A13. Disponível em: http://www.zeeli.pro.br/wp-content/uploads/2017/08/232-Terrível-dilema-Valor-27jul17-impr.pdf. Acesso em 20 de outubro de 2018.

EHRL, Philipp; MONASTERIO, Leonardo. **Colônias de povoamento versus colônias de exploração**: de Heeren a Acemoglu. Brasília – DF, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, agosto de 2015.

G1. **Veja e leia íntegra do discurso de posse de Donald Trump**. 2017. Disponível em: https://g1.globo.com/mundo/noticia/veja-integra-do-discurso-de-posse-de-donald-trump.ghtml. Acesso em 13 de janeiro de 2018.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. National Security Strategy. **Governo dos Estados Unidos da América**. Dezembro de 2017.

FELISBERTI, Marina; LOPES, Jade. Caminhos e descaminhos do conflito na Palestina: os assentamentos na Cisjordânia e a aliança estratégica Estados-Unidos-Israel. **Boletim de Conjuntura NERINT**, Porto Alegre, volume 2, número 5, abril de 2017.

FIORI, José Luís. **O Poder Global dos Estados Unidos**: formação, expansão e limites. 2015. Disponível em: https://dogmaseenigmas.files.wordpress.com/2015/12/fiori.pdf. Acesso em 2 de março de 2017.

FINGUERUT, Ariel. **Donald Trump**: a volta da retórica populista. Instituto de Estudos Econômicos e Sociais – Unesp. 2016.

FROELICH, Ivani Vassoler. **A política externa americana e seus críticos**. State University of New York, 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v48n2/a11v48n2.pdf. Acesso 14 de novembro de 2018.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. **Boletim de análise da conjuntura**. 2017. Ano 2, número 14. Disponível em: https://fpabramo.org.br/wp-content/uploads/2017/05/Boletim-mensal-de-análise-de-conjuntura-14-versao-ok.pdf. Acesso em 2 de fevereiro de 2018.

GILBOA, Eytan. Trump, One Year After the Election: Achievements and Failures**.** **BESA Center Perspectives**, Israel, número 647, novembro de 2017. Disponível em: https://besacenter.org/perspectives-papers/trump-one-year-after-election/. Acesso em: 27 de julho de 2018.

GOLDFARB, Michael. Quem são os eleitores fiéis a Trump?. **British Broadcasting Corporation (BBC)**, outubro de 2016. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/internacional-37826604. Acesso em 27 de outubro de 2018.

HARVEY, David. Como o poder norte-americano se expandiu. In: **O novo imperialismo.** São Paulo: Editora Loyola, 5ª ed., 2004. P. 31-76
_____. A coerção consentida. In: **O novo imperialismo.** São Paulo: Editora Loyola, 5ª ed., 2004. P. 149-170.

HEIDELBERG INSTITUTE FOR INTERNATIONAL CONFLICT RESEARCH (HIICR). **Conflict Barometer Pressekit 2012**. 2013. Disponível em: https://www.hiik.de/en/presse/pdf/PressKit_2013.pdf. Acesso em 5 de outubro de 2017.

HERMIDA, Octavio Trejo. Geoestrategia de Estados Unidos en el Siglo XXI. **Instituto de Investigaciones Estratégicas de La Armada de México**, Março de 2018. Disponível em: http://www.academia.edu/36202826/Geoestrategia_de_Estados_Unidos_en_el_siglo_XXI. Acesso em 24 de outubro de 2018.

HOLLANDA FILHO, Sergio Buarque de. Livre comércio *versus* Protecionismo: uma antiga controvérsia e suas novas feições. **Estudos Econômicos**, São Paulo, Universidade de São Paulo, volume 28, número 1, 1998. p. 33-75. Disponível em: http://www.revistas.usp.br/ee/article/view/116888. Acesso em 21 de setembro de 2018.

IORIS, Rafael Rossoto. O impacto do governo Trump nas relações Internacionais. **Fundação Friedrich Ebert Stifung**, São Paulo/SP, número 27, junho de 2017. p. 5-9. Disponível em: < http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/13454.pdf> Acesso em 12 de outubro de 2018.

KARNAL, Leandro. **Estados Unidos**: a formação da nação. São Paulo: Editora contexto, 4ª edição. 2007.

KOYAMA, Ken. U.S. and the World One Year after Trump Inauguration. **The Institute of Energy Economics**, Japão, número 360, janeiro de 2018. Disponível em: https://eneken.ieej.or.jp/en/special_bulletin.html. Acesso em: 27 de julho de 2018.

KROEBER, Arthur. A rivalidade estratégica entre Estados Unidos e China. **Centro Brasileiro De Relações Internacionais**, Rio de Janeiro, volume 2, março de 2018. Disponível em: http://midias.cebri.org/arquivo/BreakingNews19_V2.pdf. Acesso em 25 de outubro de 2018.

LEÃO, Bruno Carneiro Guerra. **As relações econômicas EUA-China no início do século XXI**: análise à luz das dinâmicas concorrentes da geopolítica e da globalização. Brasília, Universidade de Brasília (Tese em doutorado no curso de Relações Internacionais). 2009. 224f.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. Itália, 1532. Disponível em: http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/principe.pdf. Acesso em 31 de outubro de 2018.

MELLO, Patrícia Campos. **Grande conquista de Trump no primeiro ano de mandato pode soar como estelionato eleitoral**. Folha de São Paulo, 2017. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/cenarios/2017/12/1943335-grande-conquista-de-trump-no-primeiro-ano-de-mandato-pode-soar-como-estelionato-eleitoral.shtml. Acesso em 15 de janeiro de 2018.

MIELNICZUK, Fabiano Pellin. **Como Assim, Trump?**. Revista Textual, número 25, volume 1. 2017. p. 16-21.

MUNDO. **Nacionalismo étnico ameaça produzir o caos**. Editora Pangea, número 1, ano 25. 2017. Disponível em: http://www.clubemundo.com.br/web/pdf/2017/mundo0117.pdf. Acesso em 1 de Fevereiro de 2018.

PALLEY, Thomas. Trumponomics: neoliberalismo neoconservador camuflado com circo antiglobalização. O impacto do governo Trump nas Relações Internacionais. **Fundação Friedrich Ebert Stifung**, São Paulo/SP, número 27, junho de 2017. p. 25-29. Disponível em: http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/13454.pdf. Acesso em 12 de outubro de 2018.

RIBEIRO, Luciana. O ano nuclear da Coreia do Norte. **Jornal Empresas & Negócios**, São Paulo, 2017.

SANTOS, Carlos José Crêspo. A geopolítica de expansão dos EUA e as teorias geopolíticas clássicas. **Revista de Geopolítica**: Natal - RN, v. 3, nº 2, p. 173 – 194, jul./dez. 2012.

SCHILLINGER, Hubert René. Da necessidade de repensar as políticas de comércio em tempos de des-globalização. **Fundação Friedrich Ebert Stifung**: São Paulo/SP, número 8, outubro de 2016. Disponível em: http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/12967.pdf. Acesso em 12 de outubro de 2018.

STOKES, Doug. Trump, American hegemony and the future of the liberal international order. **International Affairs**. Volume 4, número 1, janeiro de 2018, p. 133-150. Disponível em: https://www.chathamhouse.org/sites/default/files/images/ia/INTA94_1_8_238_Stokes.pdf. Acesso em 2 de julho de 2018.

TEIXEIRA, Aloísio. Estados Unidos: a "curta marcha" para a hegemonia. In: FIORI, J. L. (Org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 155-190.

VIEIRA, Heloise Guarise. **Hegemonia americana**: crise do sistema ou retomada da liderança. Paraná: Universidade de Tuiuti do Paraná. 2010-2011. Disponível em: http://tcconline.utp.br/wp-content/uploads/2012/05/HEGEMONIA-AMERICANA-CRISE-DO-SISTEMA-OU-RETOMADA-DA-LIDERANCA.pdf. Acesso em 7 de julho de 2018.

VINHA, Miguel Luis da. A vitória eleitoral de Donald Trump: uma análise de disfunção institucional. **Revista de Sociologia e Política**, junho de 2018, volume 26, número 66. p. 7-30.

ANEXOS

O discurso, na íntegra, de posse de Trump em 20 de janeiro de 2017[71]:

"Chief Justice Roberts, President Carter, President Clinton, President Bush, President Obama, fellow Americans, and people of the world: thank you.

We, the citizens of America, are now joined in a great national effort to rebuild our country and restore its promise for all of our people.

Together, we will determine the course of America and the world for many, many years to come.

We will face challenges. We will confront hardships. But we will get the job done.

Every four years, we gather on these steps to carry out the orderly and peaceful transfer of power, and we are grateful to President Obama and First Lady Michelle Obama for their gracious aid throughout this transition. They have been magnificent. Thank you.

Today's ceremony, however, has very special meaning. Because today we are not merely transferring power from one Administration to another, or from one party to another – but we are transferring power from Washington DC and giving it back to you, the people.

For too long, a small group in our nation's Capital has reaped the rewards of government while the people have borne the cost.

Washington flourished – but the people did not share in its wealth.

Politicians prospered – but the jobs left, and the factories closed.

The establishment protected itself, but not the citizens of our country.

Their victories have not been your victories; their triumphs have not been your triumphs; and while they celebrated in our nation's capital, there was little to celebrate for struggling families all across our land.

---

[71] https://www.theguardian.com/world/2017/jan/20/donald-trump-inauguration-speech-full-text. Acesso em 13 de janeiro de 2018

That all changes – starting right here, and right now, because this moment is your moment: it belongs to you.

It belongs to everyone gathered here today and everyone watching all across America.

This is your day. This is your celebration.

And this, the United States of America, is your country.

What truly matters is not which party controls our government, but whether our government is controlled by the people.

January 20, 2017, will be remembered as the day the people became the rulers of this nation again.

The forgotten men and women of our country will be forgotten no longer.

Everyone is listening to you now.

You came by the tens of millions to become part of a historic movement the likes of which the world has never seen before.

At the center of this movement is a crucial conviction: that a nation exists to serve its citizens.

Americans want great schools for their children, safe neighborhoods for their families, and good jobs for themselves.

These are just and reasonable demands of righteous people and a righteous public.

But for too many of our citizens, a different reality exists: mothers and children trapped in poverty in our inner cities; rusted-out factories scattered like tombstones across the landscape of our nation; an education system, flush with cash, but which leaves our young and beautiful students deprived of all knowledge; and the crime and the gangs and the drugs that have stolen too many lives and robbed our country of so much unrealized potential.

This American carnage stops right here and stops right now.

We are one nation – and their pain is our pain. Their dreams are our dreams; and their success will be our success. We share one heart, one home, and one glorious destiny.

The oath of office I take today is an oath of allegiance to all Americans.

For many decades, we've enriched foreign industry at the expense of American industry; subsidized the armies of other countries while allowing for the very sad depletion of our military; we've defended other nations' borders while refusing to defend our own; and spent trillions and trillions of dollars overseas while America's infrastructure has fallen into disrepair and decay.

We've made other countries rich while the wealth, strength, and confidence of our country has dissipated over the horizon.

One by one, the factories shuttered and left our shores, with not even a thought about the millions and millions of American workers that were left behind.

The wealth of our middle class has been ripped from their homes and then redistributed all across the world.

But that is the past. And now we are looking only to the future.

We assembled here today are issuing a new decree to be heard in every city, in every foreign capital, and in every hall of power.

From this day forward, a new vision will govern our land.

From this day forward, it's going to be only America first, America first.

Every decision on trade, on taxes, on immigration, on foreign affairs, will be made to benefit American workers and American families.

We must protect our borders from the ravages of other countries making our products, stealing our companies, and destroying our jobs. Protection will lead to great prosperity and strength.

I will fight for you with every breath in my body – and I will never, ever let you down.

America will start winning again, winning like never before.

We will bring back our jobs. We will bring back our borders. We will bring back our wealth. And we will bring back our dreams.

We will build new roads, and highways, and bridges, and airports, and tunnels, and railways all across our wonderful nation.

We will get our people off of welfare and back to work – rebuilding our country with American hands and American labor.

We will follow two simple rules: buy American and hire American.

We will seek friendship and goodwill with the nations of the world – but we do so with the understanding that it is the right of all nations to put their own interests first.

We do not seek to impose our way of life on anyone, but rather to let it shine as an example for everyone to follow.

We will reinforce old alliances and form new ones – and unite the civilized world against radical Islamic terrorism, which we will eradicate from the face of the Earth.

At the bedrock of our politics will be a total allegiance to the United States of America, and through our loyalty to our country, we will rediscover our loyalty to each other.

When you open your heart to patriotism, there is no room for prejudice.

The Bible tells us: "How good and pleasant it is when God's people live together in unity."

We must speak our minds openly, debate our disagreements honestly, but always pursue solidarity.

When America is united, America is totally unstoppable.

There should be no fear – we are protected, and we will always be protected.

We will be protected by the great men and women of our military and law enforcement and, most importantly, we are protected by God.

Finally, we must think big and dream even bigger.

In America, we understand that a nation is only living as long as it is striving.

We will no longer accept politicians who are all talk and no action – constantly complaining but never doing anything about it.

The time for empty talk is over.

Now arrives the hour of action.

Do not let anyone tell you it cannot be done. No challenge can match the heart and fight and spirit of America.

We will not fail. Our country will thrive and prosper again.

We stand at the birth of a new millennium, ready to unlock the mysteries of space, to free the Earth from the miseries of disease, and to harness the energies, industries and technologies of tomorrow.

A new national pride will stir ourselves, lift our sights, and heal our divisions.

It is time to remember that old wisdom our soldiers will never forget: that whether we are black or brown or white, we all bleed the same red blood of patriots, we all enjoy the same glorious freedoms, and we all salute the same great American Flag.

And whether a child is born in the urban sprawl of Detroit or the windswept plains of Nebraska, they look up at the same night sky, they fill their heart with the same dreams, and they are infused with the breath of life by the same almighty Creator.

So to all Americans, in every city near and far, small and large, from mountain to mountain, and from ocean to ocean, hear these words:

You will never be ignored again.

Your voice, your hopes, and your dreams, will define our American destiny. And your courage and goodness and love will forever guide us along the way.

Together, we will make America strong again.

We will make America wealthy again.

We will make America proud again.

We will make America safe again.

And, yes, together, we will make America great again. Thank you, God bless you, and God bless America."